



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Leonardo Oliveira da Silva

**Impactos Econômicos e Legados de Megaeventos Esportivos:
uma visão crítica da Copa de 2014**

Campinas

2011

Leonardo Oliveira da Silva

**Impactos Econômicos e Legados de Megaeventos Esportivos:
uma visão crítica da Copa de 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo
Weishaupt Proni.

Campinas

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pelo amor incondicional; a meu irmão, pela verdadeira fraternidade; à Ana, por me fazer sonhar; aos mestres, pelos grandes pensamentos; aos amigos, pela fidelidade; e a todos àqueles que contribuíram e contribuem para a criação e manutenção de uma universidade pública de qualidade.

RESUMO

Este estudo tem como tema os impactos econômicos da realização da Copa do Mundo de Futebol e os legados promovidos no país sede. O objetivo é contribuir para o debate acerca dos prováveis efeitos da Copa no Brasil, em 2014. O estudo se divide em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O Capítulo 1 é uma revisão da literatura sobre impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos, priorizando os principais embasamentos de tais estudos, suas deficiências e possibilidades. No Capítulo 2, expõem-se a transformação do futebol em negócio global e a importância financeira da Copa para a Fifa, colocando em evidência a dimensão econômica (e política) que este evento ganhou recentemente. O Capítulo 3 trata especificamente dos preparativos para a Copa de 2014 no País, com foco em três aspectos: organização, legislação e infraestrutura. Propõe-se uma discussão não maniqueísta dos efeitos esperados da Copa. Ao final, é feita uma síntese dos argumentos centrais sobre os impactos e legados da realização deste megaevento no Brasil, procurando questionar o papel do Estado e explicitar que os benefícios e os ônus não serão distribuídos de forma equitativa entre os segmentos econômicos e entre as cidades participantes.

Palavras-Chave: megaevento esportivo; Copa do Mundo de Futebol; impactos econômicos; legados.

ABSTRACT

This study is about the economic impacts of the Fifa's World Cup and the legacies promoted by this event in the host country. The objective is to contribute for the discussion over the potencial effects of the 2014 World Cup in Brazil. The study is divided into three chapters. The Chapter 1 is a revision of the literature about the economic impacts and the legacy promoted by sporting megaevents, prioritizing the main elements that underlie these studies, and revealing their limits and possibilities. In the Chapter two, through the exposure of the transformation of soccer into a global business, and Fifa's financial dependency of the World Cup, it will be highlighted the economic (and political) dimensions that this event acquired recently. The Chapter 3 is about the preparations of the World Cup in Brazil, focusing in three aspects: organization, legislation and infrastructure. In the end, it will be presented a synthetic view of the central arguments about the economic impacts and the legacies generated by this megaevent in Brazil, questioning the government's role and showing that the benefits and the onus will not be distributed equitably between the economics segments and between the participant cities.

Key-Words: sporting megaevent; Fifa's World Cup; economic impacts; legacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - IMPACTOS ECONÔMICOS E LEGADOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	4
1.1. Impactos econômicos: análises <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i>	6
1.2. Impactos Intangíveis	16
1.3. Os legados.....	19
CAPÍTULO 2 - O FUTEBOL-EMPRESA, A FIFA E A COPA DO MUNDO	24
2.1. O futebol-empresa.....	24
2.2. A Fifa e a Copa do Mundo de Futebol.....	30
2.3. Alemanha 2006 e África do Sul 2010: impactos e legados	32
CAPÍTULO 3 - A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL	34
3.1. A preparação para a realização da Copa do Mundo	37
3.2. Perspectivas de impactos e de legados.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

O Brasil sediará, em 2014, a Copa do Mundo FIFA de Futebol, um megaevento esportivo cujas proporções são comparáveis apenas às dos Jogos Olímpicos¹. Eventos deste porte significam para as sedes, além de um grande esforço de organização, vultuosos gastos, cujo principal financiador quase sempre é o Estado. Por outro lado, muitos defendem que os benefícios de sediar megaeventos esportivos – como a Copa – são maiores do que os esforços e os custos a eles relacionados. Tais benefícios são associados principalmente aos impactos econômicos e aos legados promovidos por estes eventos.

De acordo com o porta-voz da Presidência da República em 2007, Marcelo Baumbach, quando da candidatura do Brasil à sede da Copa, o evento estimulará a criação de empregos "não apenas no período da Copa, mas, também, no longo prazo. Os investimentos realizados, além disso, trarão benefícios permanentes à sociedade". Ainda de acordo com Baumbach, a presença do então presidente Luis Inácio Lula da Silva na cerimônia de candidatura "reafirma o reconhecimento dessa relevância e dos benefícios permanentes que a realização da Copa trará ao país, não apenas no plano esportivo, como também nos planos econômico e social" (DE OLHO..., 2007).

Na mesma linha, Orlando Silva, então Ministro do Esporte, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em abril de 2011, afirmava o seguinte:

É um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza (...) A Copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos permanentes até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários (...) A Copa estimula a melhoria do transporte coletivo nas nossas principais cidades (SILVA, 2011).

Por sua vez, Jeanine Pires, presidente da Embratur, em entrevista publicada no site do Ministério do Turismo em outubro de 2009, defendeu a realização dos megaeventos esportivos como forma de promover o turismo nacional:

¹ O Rio de Janeiro será a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o que significa que o Brasil receberá entre 2014 e 2016 os dois maiores megaeventos esportivos do mundo.

A realização dos Jogos Olímpicos, antecidos por uma Copa do Mundo de Futebol, além de um enorme legado de infraestrutura que tem impacto direto no turismo, significará pelo menos quatro anos de uma mega campanha publicitária, que transformará a imagem do país. É uma grande oportunidade de promoção e vamos mostrar ao mundo que, além de belas praias, diversidade cultural e natural, temos também infraestrutura para nos consolidarmos como um dos grandes destinos de eventos internacionais do mundo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

A opinião de que a Copa significará uma inestimável fonte de benefícios, entretanto, não é unânime. O economista Fernando Ferrari Filho, da UFRGS, por exemplo, acredita que países como o Brasil tendem a ter mais custos que benefícios: “Para países com boa infraestrutura, que precisam investir menos, a taxa de retorno será mais atraente. Mas em casos como da África do Sul e do Brasil, que necessitam construir quase tudo, minha avaliação é de que haverá mais custo do que benefício” (ILHA, 2010).

Para Fernando Aguirre, sócio da consultoria KPMG, é muito difícil mensurar quanto do crescimento do País virá das obras dos eventos esportivos. Ele lembra que o Brasil já vem se expandindo a taxas relativamente altas e muitas obras que poderiam ser incluídas no pacote “Copa e Olimpíadas” fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC): “Tem muita coisa que já vem sendo tocada, muita obra de infraestrutura que facilmente pode ser incluída no rol de projetos desses eventos” (ZAMPIERI, 2010).

Para outros, a Copa pode, inclusive, significar impactos negativos, como na questão relativa ao uso de hotéis e estádios após o torneio. Com relação aos hotéis, há uma séria preocupação de agentes do setor quanto à superoferta de leitos depois da realização do torneio. Segundo José Manuel Campeses, presidente da ABIH-BA, “A taxa de ocupação deve cair. É preocupante o número de empreendimentos. Temos que nos preparar” (SALGADO, 2011). Já com relação aos estádios, o jornalista Juca Kfourri denuncia a “orgia de construção de novos estádios”, que, dentre outras conseqüências, criará estádios sem potencial de se sustentarem financeiramente, devido à falta de público: “... estão em construção estádios em Cuiabá, em Manaus e em Brasília, onde nem futebol realmente profissional há” (KFOURI, 2011, p.10).

Apesar de não esgotarem a questão sobre os potenciais benefícios e/ou malefícios da realização da Copa no Brasil, as diferentes posições explicitadas acima

revelam a existência de um debate que carece de consensos, seja pela falta de informação, seja pelos interesses implícitos nos diferentes discursos. Deste modo, o presente estudo tem o objetivo de contribuir para o debate sobre os efeitos da realização da Copa de 2014 no Brasil, sobretudo no que se refere aos impactos econômicos e aos legados deste evento, buscando uma visão não maniqueísta.

O estudo está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo 1 tratará da literatura acadêmica – predominantemente estrangeira – sobre os impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos. Serão apresentados os principais elementos (teóricos, técnicos e/ou políticos) que embasam tais abordagens, revelando suas deficiências e possibilidades. Este capítulo servirá como fundamento para a análise que será feita no Capítulo 3 e nas Considerações Finais.

Para empreender uma análise econômica deste megaevento esportivo chamado Copa do Mundo de Futebol, convém entender como se deu, nas últimas décadas, o processo de adoção de modelos de gestão empresarial que estão presentes no futebol atualmente. Por isso, o Capítulo 2 tratará da transformação do futebol em um grande negócio global. Neste sentido, não podemos deixar de falar também da entidade que comanda a prática esportiva profissional, a Fédération Internationale de Football Association – FIFA, e que tem a Copa do Mundo de Futebol como principal fonte de receitas. No final do capítulo, serão apresentadas algumas informações a respeito dos impactos e legados nos países que sediaram as duas últimas edições da Copa.

O Capítulo 3 tratará especificamente da Copa de 2014 no Brasil. Para tanto, a principal fonte de informação foi o site oficial do governo na internet sobre a Copa². Quando necessário, recorreu-se também a notícias divulgadas na mídia e a outros endereços eletrônicos. Além de informações gerais sobre o torneio, serão apresentados os preparativos do País para a recepção do evento em três aspectos: organização, legislação e infraestrutura. Em seguida, serão feitas algumas considerações a respeito dos resultados esperados da Copa no Brasil, a partir da interpretação das informações apresentadas. Esta interpretação fará uso do arcabouço teórico apresentado no Capítulo 1.

² www.copa2014.gov.br

Nas considerações finais, é feita uma síntese dos capítulos anteriores, integrando-os em um todo que constitui a contribuição deste estudo na compreensão dos significados econômicos da realização da Copa do Mundo de Futebol.

Quanto à metodologia do estudo, cabe esclarecer que a pesquisa se baseou em levantamento bibliográfico, em análise documental e em consulta a fontes de informação não convencionais, tais como *sites* de veículos de comunicação. Por se tratar de um assunto relativamente recente, o que implica em uma escassa literatura acadêmica sobre o mesmo, provavelmente não foi possível examinar de forma completa e satisfatória todos os aspectos selecionados. De qualquer modo, é bom enfatizar o esforço realizado para sistematizar informações e propiciar uma visão abrangente do processo de preparação para este megaevento.

Deve-se acrescentar que a presente monografia pretende dar uma contribuição que vai além do debate específico aqui apresentado. A Economia do Esporte, área de estudo em construção e ainda pouco prestigiada no Brasil, conta atualmente com poucas pesquisas empíricas e carece de reflexões sistematizadas. Convém mencionar que os estudos de Proni (1998; 2010) constituem um referencial teórico para uma análise econômica do esporte nas sociedades contemporâneas. Contudo, para o tema específico do presente estudo ainda não há um modelo de análise que possa ser considerado como um guia seguro para pesquisas acadêmicas. Neste sentido, espera-se que as proposições e o método de argumentação adotado na presente monografia possam servir de inspiração para futuros estudos nesse terreno.

Capítulo 1

Impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos

Os megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, têm adquirido uma relevância cada vez maior no cenário internacional. Além dos aspectos subjetivos relacionados à competição esportiva em si – heroísmo, fatalidade, nacionalismo e globalização cultural – existe uma racionalidade, que caminha em paralelo à organização das competições e a disputa de medalhas.

São razões de Estado mescladas a interesses privados que, quando bem articulados, convergem para um planejamento rigoroso, capaz de transformar custos elevados em rentáveis dividendos políticos, econômicos e sociais, invisíveis aos olhos desatentos da maioria dos telespectadores (PRONI; SPERANZA; AMORIN, 2008, p.7).

Este aspecto dos megaeventos esportivos se traduz em uma competição cada vez mais acirrada entre os países pelo direito de sediá-los (BOHLMANN; VAN HEERDEN, 2008). Prova disso são os altos e crescentes custos das candidaturas a sedes. A disputa para sediar os Jogos olímpicos de 2016, por exemplo, custou à cidade de Chicago por volta de US\$ 100 milhões. Apesar dos vultuosos gastos, a disputa foi ganha pela cidade do Rio de Janeiro, cuja candidatura custou perto de R\$ 88 milhões e cujo projeto foi o mais caro entre as concorrentes, atingindo o valor de US\$ 13,92 bilhões (PRONI, 2009). De acordo com as últimas estimativas oficiais, a Copa de 2014 no Brasil custará, apenas no que se refere à infraestrutura, R\$ 28,4 bilhões, sendo que 23,5% (R\$ 6,7 bilhões) deste valor será para a construção ou reforma de estádios. Considerando ainda que os custos previstos são sempre subestimados (ZIMBALIST, 2010), o custo total de sediar um megaevento esportivo, como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo de futebol FIFA, é muito elevado.

A experiência brasileira com os jogos Pan-Americanos de 2007, realizados na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, é um exemplo bastante claro de como a previsão inicial de custos pode significar apenas uma pequena parcela dos custos finais. O orçamento inicial para o evento, que era de R\$ 409 milhões em 2002, cresceu quase 800%, chegando a R\$ 3,7 bilhões em junho de 2007, de acordo com reportagem da Folha de São Paulo de 03 de outubro de 2009. Exemplos semelhantes não faltam. A previsão dos custos para os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, era de US\$ 1,6

bilhões, mas os jogos acabaram custando US\$ 16 bilhões (ZIMBALIST, 2010). Com relação aos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, o projeto inicial havia previsto custos de US\$ 6,3 bilhões. Em 2008 a previsão já havia atingido perto de US\$ 15 bilhões (PRONI, 2009)³. De frente a esses números, é inevitável se perguntar: Por que os governos dos países estão tão interessados em sediarem tais eventos? Por que estão dispostos a fazerem um esforço tão grande para realizá-los?

Muitos têm tentado responder a essa pergunta por meio da avaliação dos impactos econômicos e dos legados promovidos por tais eventos. Assim, os megaeventos se justificariam desde que os impactos econômicos e os legados fossem positivos o bastante para se contrapor aos elevados custos envolvidos com seu planejamento, execução e administração. Ver-se-á, entretanto, que tais dimensões dos efeitos de um megaevento esportivo em um determinado país ou região são de complexa mensuração e avaliação (POYNTER, 2008).

A complexidade do tema pode ser confirmada a partir da variedade de abordagens que o mesmo suscita. De acordo com Burnett (2008)

...public debate and academic discourse show increased interest in the economic importance of major sport events on national and local scale (Gratton, Dobson and Shibli, 2000). There are many rival models and approaches on how to determine economic impact, the utilization of multipliers in a cost-benefit analysis (Késenne, 2005), the effect of commercialization and professionalization of football (Merkel, 2006), spending patterns and consumer profiles established, such as in Potchefstroom (Saayman et al., 2005) and the socio-economic impacts of sport tourism as evidenced in a case study of Durban Unicity (Turco, D.M., Swart, K., Bob, U. and Moodly, V., 2003) and urban regeneration (Gratton et al., 2000). (BURNETT,2008, p.9)

1.1. Impactos econômicos: análises *ex-ante* e *ex-post*

Os impactos econômicos de um megaevento esportivo, por exemplo, podem ser tangíveis ou intangíveis. Impactos tangíveis se referem àqueles impactos passíveis de mensuração, como variação no emprego, PIB e fluxo turístico. Eles podem ser diretos e/ou indiretos. Os impactos diretos se referem àqueles associados diretamente à realização do evento e os indiretos se referem aos desdobramentos destes, e seu cálculo

³ A respeito disso, a fala da ministra dos Jogos Olímpicos de Londres, Tessa Jowell, é esclarecedora: “Se nós soubéssemos o que sabemos agora, teríamos nos candidatado? Certamente não.” (Sports Business Daily, 2008, citando o London Telegraph).

é feito por meio de um multiplicador. Os impactos intangíveis, por outro lado, são aqueles cujo aspecto subjetivo tornam a tarefa de mensurá-los muito complexa. Exemplos de impactos intangíveis são: o aumento da felicidade da população, a melhoria da imagem de uma cidade ou país perante o mundo, orgulho regional etc. Apesar disso existem algumas abordagens que possibilitam um certo tipo de avaliação sobre tais impactos (MAENING; ALMERS, 2008).

O modo como tais impactos serão avaliados e/ou mensurados poderá ser ex-ante ou ex-post. Como os estudos ex-ante permitem chegar a resultados positivos consideráveis sem a necessidade de confronto com a realidade, pois anteriores aos resultados, eles são normalmente utilizados/financiados pelo governo e demais grupos interessados⁴ na realização do evento.

Desde a candidatura até o período entre a conquista do direito de sediar o evento e a sua realização, o governo e demais grupos de interesse, tentam demonstrar, por meio de estudos ex-ante, os benefícios que tais eventos podem promover para toda a população, como aumento do número de empregos, crescimento das oportunidades de negócio, aumento do turismo, crescimento do PIB, entre outros, na tentativa de justificar não só os gastos, mas também as profundas mudanças que ocorrem nas cidades que sediam os eventos. Como diz Owen (2005):

Mega-events such as the Olympic Games require large sums of public money to be spent on venues and infrastructure improvements. In order to justify the use of public funds, economic impact studies are often commissioned which invariably large inflows of money that will have a long term positive effect by such means as job creations and visitor spending.(OWEN, 2005, p.1)

Por motivos óbvios, os cenários projetados pelos estudos realizados ou encomendados pelos que tem interesse na realização do evento são os melhores possíveis. Há, porém, sérios motivos para se questionar a confiabilidade dessas previsões (TUROLLA, 2009). Além da desconfiança gerada pelos interesses (mais políticos do que acadêmicos) envolvidos em tais estudos, as experiências de eventos anteriores têm demonstrado que as estimativas ex-ante são quase sempre superestimadas. Estudos feitos posteriormente à realização de megaeventos esportivos não têm encontrado nada que seja próximo aos números divulgados anteriormente pelos

⁴ Organizadores do evento, ligas, donos de clubes, grandes empresas (MATHESON, 2006).

governos ou empresas diretamente interessadas na realização do evento. Conforme estudo publicado pela Golden Goal Sports Venture:

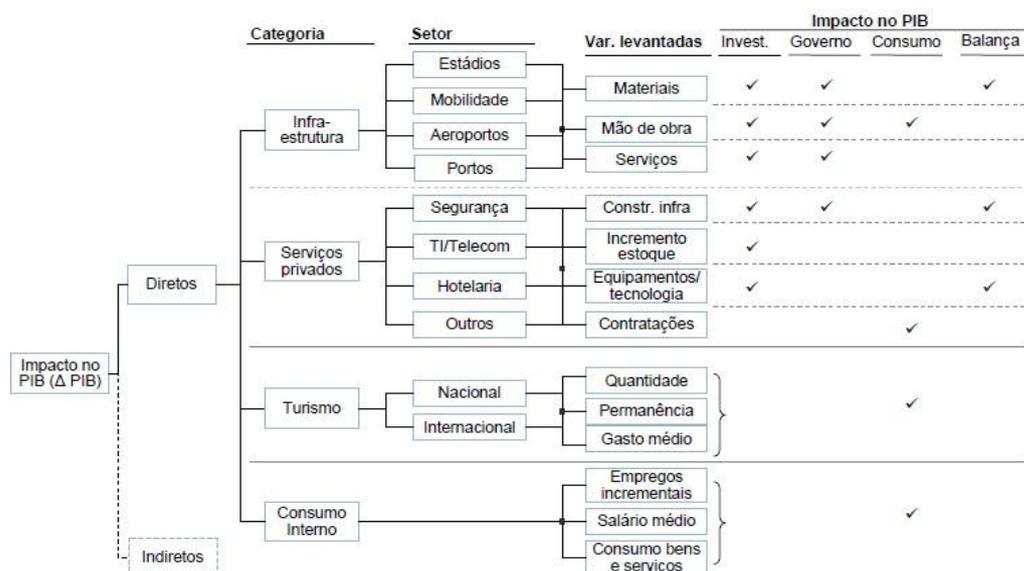
Na realidade, a maioria dos estudos encomendados pelas cidades candidatas apresentam impactos econômicos tão positivos que acabam servindo de base para justificar os investimentos públicos. O problema é que a análise de eventos passados não confirma as previsões iniciais, e as cidades-sede acabam ficando com um legado de dívidas e infraestruturas ociosas e de manutenção cara, que acabam colocando em dúvida a viabilidade da realização dos jogos. (GOLDEN GOAL, 2010, p.2):

Na mesma linha, Matheson (2002) aponta que diversos estudos geralmente superestimam o impacto econômico sobre a economia local; Porter (1999) enfatiza que os benefícios previstos pelos gastos públicos nunca se materializam. Trabalhos como de Coates e Humphreys (1999) e Noll e Zimbalist (1997) não encontraram correlação entre a construção de estádios esportivos e desenvolvimento econômico regional. Brenke e Wagner (2006), ao analisarem os efeitos da Copa do Mundo em 2006 na Alemanha, constataram que as expectativas estavam sobrevalorizadas, de forma que os empregos adicionais eram somente temporários e os custos de infraestrutura e promoção da Copa-2006 foram significativos. Eles concluíram que os principais beneficiários dos eventos foram a FIFA e a *German Football Association* (DFB). Pillay e Bass (2008) apontam que, ao contrário do que se espera na Copa da África do Sul, os empregos gerados pela construção de estádios são temporários e após o evento urbano o desemprego poderá subir. Um estudo a respeito da Copa de 2002 revelou que o impacto econômico da Copa do Mundo FIFA na Coreia do Sul foi insatisfatória da perspectiva econômica (KIM; GURSOY; LEE, 2006)

Vejamos, portanto, como são calculados os impactos previstos, de modo a demonstrar como se chega aos grandiosos valores, anunciadores de uma bonança econômica a ser promovida pela realização do megaevento esportivo.

O organograma a seguir, reproduzido na Figura 1, é uma boa maneira de entender a maneira como são calculados, ex-ante, os impactos econômicos de um megaevento esportivo.

FIGURA 1: Impactos econômicos produzidos pela Copa do Mundo de Futebol⁵



O cálculo é feito, basicamente, da seguinte forma: o impacto direto é a soma dos recursos despendidos nas diferentes categorias (infraestrutura, serviços privados, turismo etc), e o impacto indireto é obtido por meio de um multiplicador destes gastos iniciais. Este cálculo se baseia no modelo input-output. Muitas ressalvas, contudo, podem ser feitas a esta metodologia.

A primeira delas é considerar todos os gastos como benefício ao invés de custos (OWEN, 2005). Em contraposição ao argumento de que as obras de infraestrutura e os serviços demandados gerariam empregos e estes, por meio da renda, estimulariam a demanda, poder-se-ia dizer que se a economia estivesse em pleno emprego, haveria simplesmente um deslocamento de mão de obra. E se a economia passasse por um período de alto desemprego, o resultado não seria a contratação daqueles que estão desempregados, melhorando a situação destes e da economia como um todo? Sem dúvidas! Ao desconsiderar, contudo, a função do projeto, o mesmo efeito seria alcançado se o dinheiro fosse dado como seguro desemprego aos trabalhadores ou se metade deles fossem contratados para abrir um buraco e a outra metade para fechá-los (NOLL; ZIMBALIST, 1997).

Considerar todos os gastos como benefícios é também ignorar os custos de oportunidade. O uso alternativo do dinheiro para construção de hospitais, escolas ou mesmo benefícios fiscais, não é considerado (OWEN, 2005).

⁵ Organograma produzido pela empresa de consultoria Value Partners, contratada pelo Ministério do Esporte para realizar um estudo sobre os impactos econômicos gerados pela Copa de 2014.

Matheson (2006) considera inclusive que, na melhor das hipóteses, os gastos do setor público na construção e operação de obras relacionadas ao evento esportivo têm impacto nulo na economia.

At best public expenditures on sports-related construction or operation have zero net impact on the economy as the employment benefits of the project are matched by employment losses associated with higher taxes or spending cuts elsewhere in the system (MATHESON, 2006, p.12).

Apesar dessas ressalvas, muitos defendem que megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos, são catalisadores de investimentos, adiantando gastos que, apesar de previstos e não dependerem de tais eventos para se concretizarem, não seriam realizados senão com certo atraso (ZIMBALIST, 2010). Isso é válido especialmente para a infraestrutura urbana (DOMINGUES; BETARELLI; MAGALHÃES, 2011). Deste modo, tais eventos serviriam para legitimar gastos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura (PRONI, 2009). Algumas estimativas dizem que os investimentos gerados pela realização dos Jogos Olímpicos aceleram o desenvolvimento urbano em até 10 anos (PREUSS, 2004 *apud* MULLER, 2009).

Apesar do possível e provável efeito catalisador de investimentos na cidade/região/país sede, não parece certo supor que tais investimentos não poderiam ser feitos sem o megaevento esportivo. Afinal de contas, como questionam Rose e Spiegel (2010), decisões sobre investimentos de longo prazo deveriam estar amarradas a demandas que durarão apenas algumas semanas?

A atividade econômica gerada pelo turismo, entretanto, parece ser indissociável da realização do megaevento esportivo, e seus efeitos dificilmente seriam alcançados sem a realização do mesmo. Deste modo, o turismo surge como um tipo de atividade econômica promovida por esse tipo de evento que produz ganhos verdadeiros na economia. Como diz Muller (2009)

...incremental cash inflow associated with international tourism is a true net gain for the country and the region. This is something that cannot be said about investments for infrastructure which often present a re-allocation of resources rather than an inflow of additional capital to the region.(MULLER, 2009, p.5)

Ainda de acordo com o mesmo autor, os impactos econômicos provocados pela atividade turística são os mais difíceis de prever e de determinar, pois, ao contrário dos

gastos do comitê organizador e os gastos em infraestrutura, a atividade turística tem um caráter altamente difuso, não é centralmente planejado e não pode ser controlado.

Um estudo típico do tipo utilizado pelos promotores do evento para prever os impactos econômicos do turismo baseia-se numa estimativa da quantidade de visitantes que o evento irá trazer, o número de dias que eles permanecerão no local e a quantidade de dinheiro que irão gastar. Combinando estes números, obtém-se o impacto econômico direto. Este impacto é depois sujeito a um multiplicador, por volta de 2, e assim obtém-se o impacto total (BAADE; BAUMANN; MATHESON, 2005). Um dos problemas deste método é que nem todo visitante de um evento injeta dinheiro extra na economia (SZYMANSKI; KUPER, 2009).

São três os efeitos que devem ser considerados ao fazer o cálculo dos impactos econômicos relacionados ao turismo: efeito substituição, efeito “crowding out” e efeito vazamento (MATHESON, 2005, 2006; DOMINGUES et al, 2011). O efeito substituição ocorre quando consumidores gastam dinheiro no megaevento ao invés de gastarem em outros bens e serviços da economia local. Isso significa que o gasto de um residente local não resulta em nova atividade econômica, apenas em uma realocação de gastos. Mesmo se considerarmos apenas os visitantes “de fora”, faz-se necessário fazer algumas considerações.

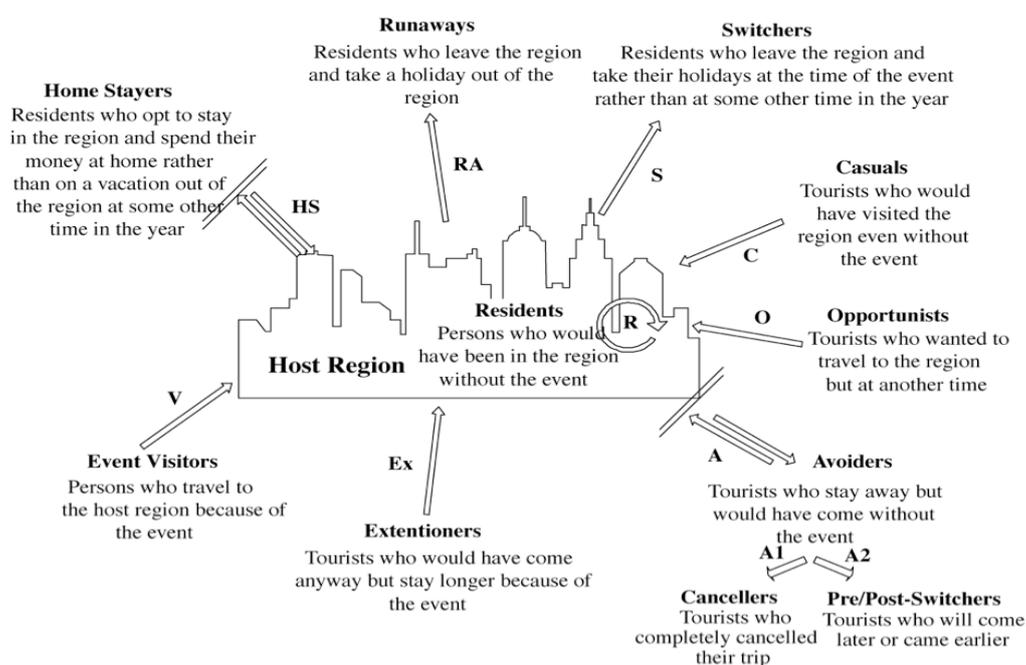
Muitos dos espectadores forasteiros dos megaeventos são visitantes casuais, ou seja, pessoas que já se encontravam na cidade e aproveitaram a estada para participarem do evento. É razoável supor que se não gastassem com o evento esportivo, gastariam em outros bens e serviços. Situação semelhante acontece com os chamados “time switchers”, que são aqueles que já planejavam visitar a cidade onde acontece o evento, mas preferiram adiantar a viagem de modo a coincidir com os jogos. Ou seja, o dinheiro injetado na economia pelos “time switchers” é um gasto que foi apenas adiantado. Sendo assim, o montante de “dinheiro novo” injetado na economia decorrente da atividade turística depende dos gastos feitos por aqueles visitantes que foram ver especificamente o megaevento. Tal evento pode significar também uma estadia mais longa dos visitantes na cidade sede, sejam eles casuais ou não, o que também se configura como um impacto relevante.

O efeito “crowding out” se refere ao fato de um megaevento esportivo provocar a desistência de visitantes regulares à cidade de realização, por conta dos transtornos

provocados pelo mesmo. O último efeito, chamado “efeito vazamento”, consiste no fato de que, apesar do dinheiro ser gasto na economia local durante o evento, ele pode não reverter para os bolsos dos residentes, apesar de serem estes os financiadores em última instância do mesmo (quando o financiamento é público).

A Figura 2 abaixo ilustra os fluxos de pessoas e, conseqüentemente, dos gastos potenciais, associados à realização do megaevento e que devem ser levados em consideração ao se fazer uma estimativa dos impactos econômicos gerados pelo turismo.

FIGURA 2: Grupos relevantes ao considerar os gastos durante um megaevento esportivo (MULLER, 2009)



De acordo com a Figura 2, apenas três grupos de pessoas causam verdadeiros impactos na economia local (Ex, V e HS), dois causam efeitos negativos (RA, A1), um tem efeito nulo (S) e os demais podem ser considerados apenas na medida em que o evento altera seus comportamentos de gasto (A2, O, C e R).

Os gastos relevantes que devem ser considerados num estudo sobre o impacto econômico provocado pelo turismo podem ser, então, calculados da seguinte maneira (MULLER, 2009):

$$\text{Gastos} = (\text{Ex} + \text{V} + \text{HS}) - (\text{RA} + \text{A1}) + \wedge (\text{A2} + \text{O} + \text{C} + \text{R})$$

O próximo passo é estabelecer um multiplicador para fins do cálculo dos impactos indiretos. Tal cálculo, porém, é um dos principais desafios aos estudos ex-ante sobre impactos econômicos dos megaeventos esportivos.

Por um lado, os multiplicadores podem aumentar ainda mais o erro, ao multiplicarem custos que são considerados como benefícios (OWEN, 2005). Por outro lado, como o modelo é estático, ele não incorpora as mudanças que o evento pode provocar nas relações produtivas (DOMINGUES et al., 2011), o que faz com que o cálculo do multiplicador seja enviesado. De acordo com Matheson (2006)

...the economic multipliers used in ex-ante analyses are calculated using complex input-output tables for specific industries grounded in inter-industries relationships within regions based upon an economic area's normal production patterns. During megaevents, however, the economy within a region may be anything but normal, and therefore, the same inter-industries relationships may not hold.(MATHESON, 2006, p.10)

Além disso, o modelo supõe a livre circulação de recursos como trabalho, terra e capital a preços constantes (PORTER; PLECHER, 2008 apud MULLER, 2009). Deste modo, contabiliza apenas os efeitos positivos do aumento da demanda, sem considerar os efeitos negativos da realocação de recursos (DWYER et al., 2009 apud MULLER, 2009). Uma alternativa é a utilização do modelo de equilíbrio geral computável (EGC). De acordo com Domingues et al. (2011, p.7) “o modelo EGC ostenta a vantagem de projetar impactos de mudança nos preços relativos. Além disso (...) especifica elasticidades de substituição imperfeitas, e o equilíbrio entre demanda e oferta é atingido por preços flexíveis”. Ao levar em conta os efeitos negativos do aumento de atividade econômica, o modelo que utiliza o EGC produz estimativas mais realísticas (MULLER, 2009).

Uma alternativa ao uso de modelos econométricos é a realização de pesquisas com tomadores de decisão em importantes setores da economia (MAENING; DU PLESSIS, 2007). Uma pesquisa realizada neste sentido pela Deutcher Industrie und Handelskammertag (Associação Alemã das Cadeias da Indústria e do Comércio) a respeito dos impactos da realização da Copa do Mundo de Futebol na Alemanha, indicou que 15% dos entrevistados esperavam efeitos positivos para suas empresas, 83% não esperavam efeitos em cadeia e 2% esperavam efeitos negativos. As empresas

que esperavam impactos positivos identificaram a demanda adicional dos consumidores/turistas, os gastos públicos, melhoria da infraestrutura e uma melhor imagem para a Alemanha como as razões para suas expectativas positivas.

Mesmo com as diferentes alternativas de mensuração e avaliação ex-ante dos impactos econômicos dos megaeventos esportivos, a complexidade dos modelos e as diferentes variáveis envolvidas tornam a previsão dos efeitos da realização de tais eventos uma tarefa altamente delicada.

Qualquer tipo de análise ex-ante envolve fazer muitas suposições “heroicas” a respeito do estado da economia e sobre a resposta das sedes ao megaevento (DWYER et al., 2005). Por isso, estudos ex-post passaram a ser conduzidos com o intuito de verificar se as previsões dos estudos ex-ante estavam corretas. O que a maioria deles demonstra é a inexistência de evidências que comprovem a relação entre os megaeventos esportivos e impactos econômicos positivos (OWEN, 2005).

Comparar os resultados das variáveis econômicas verificadas após a realização do megaevento com as mesmas variáveis previstas nos estudos ex-ante é relativamente simples. A maior dificuldade ao fazer o cálculo dos impactos econômico após a realização do evento, entretanto, se refere ao desafio de separar as mudanças econômicas relacionadas ao evento do desenvolvimento “natural” da cidade ou região metropolitana, ou seja, as mudanças econômicas que aconteceriam se não houvesse o evento (BAADE; MATHESON, 2002 apud PREUSS, 2006). Apesar disso, existe um tipo de abordagem que tenta superar essa dificuldade, chamada “top down” (PREUSS, 2006).

A abordagem “top down” sugere a comparação entre as variáveis econômicas da cidade que sedia o evento e as de cidades com perfil social e econômico semelhantes a essa que não sediam o evento (HANUSH, 1992 apud PREUSS, 2006). O impacto econômico seria a diferença entre o caso com evento (event case) e o caso sem evento (without case). Alternativamente, podem-se comparar as variáveis econômicas da cidade durante o evento com as mesmas variáveis anteriores ou posteriores a eles. O impacto então seria a diferença entre o caso com evento e o caso controle (control case). As variáveis econômicas normalmente utilizadas são PIB, a renda per capita, emprego e fluxo turístico. (MATHESON, 2006).

A maioria dos estudos *ex-post* indicam que eventos esportivos de grande porte ou a construção de estádios para os mesmos causam pouco ou nenhum impacto significativo na renda ou emprego (MAENING; DU PLESSIS, 2007). Numerosos estudos, inclusive, demonstram impactos negativos (COATES; HUMPHREYS, 1999, 2000; BAADE, 1987; TEIGLAND, 1999). Um estudo de Szymanski (2002) coletou dados das 20 maiores economias de acordo com o PIB ao longo de 30 anos, muitas das quais sediaram Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos no período. Utilizando um modelo de regressão simples, ele verificou que o crescimento desses países foi significativamente menor em anos de Copa do Mundo de Futebol. São poucos os estudos que indicam efeitos positivos (KANG; PERDUE, 1994; MAENING; JASMAND, 2007; HOTCHKISS; MOORE; ZOBEBY, 2003). Alguns exemplos de estudos sobre impactos econômicos de megaeventos esportivos e seus respectivos resultados podem ser observados no Quadro 1 abaixo.

QUADRO 1: Estudos sobre impactos econômicos de megaeventos esportivos e seus respectivos resultados

Estudo	Objeto do estudo	Variáveis Analisadas	Resultados
KANG;PERDUE (1994)	Jogos Olímpicos de Seul	Fluxo turístico e renda	1 milhão de visitantes e acréscimo na renda de US\$ 1,3 bilhão promovida pelo turismo
TEIGLAND (1999)	Jogos Olímpicos de Inverno na Noruega em 1992	Estadias em hotéis	Efeito negativo no número de estadias de noregueses e nenhum efeito no número de estadias de estrangeiros
BAADE;MATHESON (2000)	Super Bowl EUA 1969 / 1997	Emprego	Efeitos insignificantes no emprego
COATES;HUMPHREY (2000b)	Ligas de baseball e futebol norte-americanas	Renda	Nenhum efeito significativo na renda
BAADE;MATHESON (2001)	Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) e Atlanta (1996)	Emprego	Nenhum efeito significativo no emprego
BAADE;MATHESON (2004)	Copa do Mundo de 1994 nos EUA	Renda	6 das 13 sedes com impactos negativos. Perda de US\$ 9,26 bilhões no total
JASMAND;MAENING (2007)	Jogos Olímpicos de Munique em 1972	Emprego e renda	Efeitos positivos significantes na renda. Efeitos insignificantes no emprego.

Adaptado de Almers e Maening (2008)

Algumas considerações a respeito dos impactos econômicos dos megaeventos esportivos precisam ser feitas. A primeira delas é que o estágio de desenvolvimento de um país ou região é determinante para os resultados que tais eventos proporcionarão. Assim, por exemplo, países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para eventos desse porte. Os riscos e custos de

oportunidade são, portanto, muito mais evidentes (MATHESON; BAADE, 2004). Por outro lado, o custo do trabalho é menor, diminuindo os custos operacionais e de infraestrutura (DOMINGUES et al., 2011). Por se tratarem de países cuja infraestrutura é ainda insuficiente sob vários pontos de vista, a realização de um megaevento esportivo num país em desenvolvimento pode vir a sanar este déficit com a criação de novas infraestruturas, gerando mudanças significativas para sua população (ZIMBALIST, 2010).

Outro aspecto se refere ao fato de que os estudos normalmente desconsideram o fato de que há setores que serão mais impactados e outros menos. Os segmentos de maior potencial são construção, turismo, publicidade, material esportivo e transportes (PRONI, 2009; DOMINGUES et al., 2011; BOHLMAN; HEERDEN, 2008).

Por fim, estudos indicam que os efeitos são diferentes à medida que o financiamento dos megaeventos esportivos é feito pelo setor público ou pelo setor privado. Domingues et al. (2011) e Bohlman e Heerden (2008) afirmam que os impactos são menores quanto mais o financiamento é público, uma vez que isso implica em aumento do déficit público e/ou na diminuição dos gastos em outras esferas do governo. Ainda de acordo com o financiamento público dos megaeventos, Mobugu e Mohamed (2008) afirmam que os detentores de capital são mais beneficiados que os detentores do trabalho como consequência dos gastos públicos (anexar gráfico com a participação dos gastos públicos no total dos gastos). Matheson (2006) também sugere uma mudança na relação capital trabalho na indústria hoteleira, à medida que os preços das estadias aumentam e os salários dos funcionários não.

Tendo dito isso a respeito dos estudos ex-ante e ex-post sobre os impactos econômicos provocados pela realização de megaeventos esportivos, podemos chegar a duas conclusões: 1) mensurar e avaliar impactos econômicos de megaeventos esportivos é uma tarefa complexa e traiçoeira 2) as estimativas raramente se concretizam, e que a realidade é que os impactos econômicos dos megaeventos esportivos são, no mínimo, insatisfatórios.

1.2. Impactos Intangíveis

Há, porém, outros tipos de impactos provocados pelos megaeventos esportivos, de caráter mais subjetivo e cuja mensuração é ainda mais complexa que a dos impactos

econômicos tangíveis. São os impactos intangíveis. Aqueles que acreditam na capacidade de um megaevento esportivo provocar efeitos positivos e duradouros na comunidade que o sedia, considera que os efeitos intangíveis são muito mais importantes do que os tangíveis. Como dizem Pellegrino e Hancock (2010),

...in many cases, a detailed economic impact analysis is just one component of the decision based more on visionary benefits such as improved public image, increased stature in the global marketplace, community pride, and long-term economic development. There is nothing wrong on basing the decision on these kinds of broad and intangible objectives. In fact, while a detailed economic impact analysis is necessary for due diligence, from a host's perspective achieving the long-term objectives and vision for change are ultimately far more important than short term profits and losses. (PELLEGRINO; HANCOCK, 2010, p.3)

Os críticos dos benefícios prometidos pela realização de megaeventos esportivos, entretanto, consideram que o fato dos efeitos intangíveis não serem mensuráveis é algo preocupante. Segundo Matheson (2006),

In addition, if the lion's share of the benefits of an event is intangible, this is a significant cause for concern since this type of benefit is most likely to be based upon assumption and guess work. While sports boosters often suggest that the exposure a city receives during a megaevents invaluable to the area, in the words of University of Chicago economist Allen Sanderson, "Anytime anybody uses the word 'invaluable,' they are usually too lazy to measure it or they don't want to know the answer.(MATHESON, 2006, p.8)

Apesar disso, é inegável, por exemplo, que tais eventos promovem transformações de caráter psicológico para as comunidades. Estudos indicam, por exemplo, que o nível de felicidade de uma comunidade tende a aumentar consideravelmente quando a mesma sedia um megaevento esportivo (SZYMANSKI; KUPER, 2009). Outros indicam que um maior nível de felicidade em uma comunidade reverte em maior produtividade (COATES; HUMPHREYS, 1999). Eventos como a Copa do Mundo de Futebol, por outro lado, são sempre lembrados como possibilidades de marketing-próprio e construção de imagem, o que, por sua vez, produz efeitos duradouros para a nação no que tange ao seu meio competitivo (MAENING; ALLMERS, 2008).

Uma maneira de acessar os efeitos de imagem promovidos pela realização de um megaevento esportivo é por meio do Anholt Nation Brands Index – NBI. Nações são classificadas trimestralmente em uma pesquisa mundial considerando seus aspectos culturais, comerciais, políticos e humanos, potencial de investimento e apelo turístico.

Os resultados são combinados para produzir um ranking agregado. O NBI, iniciado em 2005, indica uma considerável melhora da posição da Alemanha depois da realização da Copa do Mundo de Futebol no país em 2006. Aspectos como uma boa operacionalização, segurança, hospitalidade e um bom marketing (MAENING; PORSCHE, 2008) influenciarão o efeito imagem promovido pelo evento.

Contudo, os efeitos intangíveis podem ser muitos outros: orgulho cívico, patriotismo, prestígio, melhoria do clima social, fortalecimento da identidade local em torno de uma meta comum, criação de laços sociais, diminuição de discriminação, incremento na participação esportiva com impacto na saúde pública e na inclusão social, melhoria nos serviços e treinamento à população local (GOLDEN GOAL, 2010). Ao invés de fazer o cálculo para cada um desses efeitos, tem sido utilizado um método chamado Contingency Evaluation Methodology – CVM. Este método procura saber o quanto a cada pessoa estaria disposta a pagar pela realização do evento em sua cidade, mesmo que não participe dele. Uma pesquisa feita na Alemanha antes da realização dos Copa do Mundo de Futebol descobriu que apenas 1/5 da população estava disposta a pagar pela Copa, sendo que na média cada pessoa estaria disposta a pagar US\$ 6,32, o que para uma população de 82 milhões de habitantes significa um montante de US\$ 512 milhões. Depois da copa, 42,6% das pessoas estavam dispostas a pagar pela realização do evento, na média de US\$ 15,88, contabilizando um total de US\$ 1,3 bilhão (MAENING; ALLMERS, 2008).

Enquanto benefícios intangíveis certamente existem, custos intangíveis também existem (MATHESON, 2006). Os jogos de Olímpicos de Munique (1972) e Atlanta (1996), por exemplo, representaram uma mancha na imagem das duas cidades, que ficaram marcadas menos pelos eventos esportivos do que pelos atentados terroristas que lá ocorreram.

Existe um conjunto de mudanças provocadas pelos megaeventos esportivos, entretanto, que não se enquadram como impactos econômicos tangíveis, nem com os impactos intangíveis (apesar de se assemelhar em alguns aspectos a estes). O que dizer, por exemplo, sobre as transformações pelas quais as cidades sede e seus entornos passam e sobre o que significam tais transformações? O que dizer dos efeitos de longo prazo que megaeventos esportivos são capazes de produzir? É com o intuito de sanar essas dúvidas que os estudos passam então a considerar os legados dos megaeventos esportivos.

1.3. Os legados

Assim como as Olimpíadas de Montreal de 1976 são o ponto de partida para os estudos sobre impactos econômicos de megaeventos esportivos, pois aqueles Jogos geraram dívidas que só foram pagas recentemente, muitos anos depois de sua realização, as Olimpíadas de Barcelona são o ponto de partida da literatura sobre legados dos megaeventos esportivos. No ano de 1992, Barcelona mostrou mundo ao mundo uma nova cidade, transformada pelos jogos, cujo legado perdura até hoje. A partir de então, os megaeventos esportivos tem sido vistos como oportunidades de transformar as cidades através da criação de um legado positivo de longo prazo para as mesmas. Os autores que tratam dos legados de megaeventos esportivos não desconsideram os impactos econômicos imediatos, mas os vêem como menos importantes, dado o seu caráter curto prazista e de baixa transformação. De acordo com esta visão, um megaevento esportivo pode incorrer em déficits e não gerar os impactos econômicos esperados e, mesmo assim, ser positivo para um país, desde que atinja os seus objetivos de longo prazo (PELLEGRINO; HANCOCK, 2008).

Como definir o que são os legados dos megaeventos esportivos? Segundo Preuss (2006, p.2) “In literature, an immense variety of so called “legacies” from sports events can be found. Unfortunately there is no satisfying definition of “legacy” available”. Ou seja, não há definição satisfatória para o que seja “Legado” (VILLANO; TERRA, 2008). Tal indefinição, segundo Cashman (apud PREUSS, 2006), pode ser perigosa:

The Word legacy, however, is elusive, problematic and even a dangerous word for a number of reasons. When the term is used by organizing committees, it is assumed to be entirely positive, there being no such thing as negative legacy when used in this context. Secondly, it is usually believed that legacy benefits flow to a community at the end of the Games as a matter of course. Thirdly, legacy is often assumed to be self evident, so that there is no meaning to define precisely what it is.(CASHMAN apud PREUSS, 2006, p.3)

O que é identificado na literatura como legado pode ser útil na tentativa de determinar o que, afinal, significa essa palavra. Na Figura 3 há um resumo do que é considerado como legado – positivo e negativo – na literatura sobre o assunto.

FIGURA 3: O que a literatura identifica como legado (PREUSS,2006)

Positive

- new event facilities,
- general infrastructure,
- urban revival,
- international reputation,
- increased tourism,
- improved public welfare,
- additional employment,
- local business opportunities,
- corporate relocation,
- city marketing,
- renewed community spirit,
- inter-regional cooperation,
- production of ideas
- production of cultural values
- popular memory
- education
- experience and know-how

Negative

- high construction costs,
- investments in non needed structure,
- indebtedness of public sector,
- temporary crowding problems,
- loss of permanent visitors,
- property rental increases,
- only temporary increases in employment and business activities
- socially unjust displacement

Percebe-se, pela Figura 3, que existe certa semelhança entre o que é considerado legado e o que são os impactos intangíveis da realização de megaeventos esportivos, o que contribui ainda mais para a confusão a respeito do termo.

Dentro dessa variedade de legados possíveis, é possível ainda categorizá-los em tangíveis e intangíveis. Assim pode ser considerado legado tangível toda a infraestrutura do megaevento, pois ela é suscetível a análise econômica de custo-benefício. Já o impacto cultural do megaevento, pode ser considerado legado intangível, pois seus efeitos repercutem de modos diversos: às vezes para legitimar mudanças, outras vezes para lançar uma larga sombra sobre a cidade ou área associada a um projeto falho (POYNTER, 2007 apud MAZO et al. 2008).

De frente a essas dificuldades, talvez a melhor definição para legado tenha sido a dada por Preuss (2006) que define, genericamente “Legacy is planned and unplanned, positive and negative, intangible and tangible structures that were/will be created through the sport event and remain after the event”.

Soma-se à dificuldade de definição, a dificuldade de mensuração. A literatura mostra que os legados de megaeventos são multidisciplinares, dinâmicos e definidos por fatores locais e globais (MAZO et al. 2008) . Além disso, os legados variam entre diferentes cidades, eventos e momentos históricos. Desta maneira, é insuficiente analisar os legados de megaeventos a partir de experiências anteriores (benchmarks). A

avaliação estritamente econômica perde a validade neste sentido. Não há, por exemplo, qualquer estudo econômico que tenha mensurado os efeitos dos legados dos megaeventos esportivos.

Ao analisar os possíveis efeitos dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 Proni (2009) afirma, entretanto, que os maiores legados dos Jogos Olímpicos de 2016 não serão no campo econômico. Em todas as edições recentes dos Jogos podem ser constatados legados importantes, mas em cada edição é colocada uma ênfase maior em duas ou três dimensões (infraestrutura urbana, economia, conhecimento, imagem, cultura, meio ambiente e qualidade de vida). Os Jogos Olímpicos de Sydney, por exemplo, foram os primeiros a colocar a questão ambiental como prioridade.

Poynter (2008) destaca 4 aspectos gerais dos legados que convém serem destacados:

1 – o conceito de “legado” decorrente de importantes megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não-esportivos como importante fonte de legitimidade para receber os Jogos;

2 – as cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem a refletir a natureza relativamente dinâmica de suas economias regionais e nacionais (Seul e Beijing) ou a relativa falta de dinamismo de suas economias (Barcelona, Atlanta, Sidney, Atenas e Londres). Este último grupo composto na maioria por cidades ‘ocidentais’ que utilizaram a candidatura como uma tentativa de ‘catalisar’ a regeneração local através da expansão de serviços com base em indústrias voltadas ao consumo;

3 – (...) têm confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais, uma tendência que se reflete particularmente no contexto do Reino Unido: uma reabilitação do conceito de estado intervencionista, evidenciando a relativa dependência de diversos segmentos do setor empresarial em grandes projetos conduzidos pelo Estado;

4 - a crescente importância atribuída a legados não esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de re-engenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana.

Dito isso, reafirma-se a insuficiência de referencial analítico para uma boa avaliação dos efeitos dos legados, já que os mesmos envolvem tantos aspectos, que vão do político ao cultural, do econômico ao social, do esportivo ao ambiental.

Vainer (2010), sugere uma metodologia interessante de avaliação. Ele afirma que os efeitos de eventos de grande porte – aos quais ele chama de Grande Projetos Urbanos (GPUs) – como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, devem ser pensados sob uma ótica urbana e social, na medida em que contribuem (positiva ou negativamente) para uma maior apropriação pública das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade e para uma maior igualdade social.

Definidos estes dois objetivos (maior apropriação pública das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade e maior igualdade social), torna-se necessário identificar de que modo os megaventos esportivos afetam a cidade. Em outras palavras, considerando o aspecto multidimensional de um megaevento, em quais dessas dimensões a realização de um GPU promove rupturas. São identificadas, portanto, 8 dimensões, sejam elas: política, institucional, fundiária, arquitetônico-urbanística, simbólica, econômico-financeira, sócio-ambiental e escalar. O desafio, portanto, passa a ser entender de que modo as rupturas provocadas em todas essas dimensões afeta, se positiva, negativa ou neutralmente, os objetivos da consolidação da cidadania democrática e da redução das desigualdades sócio-espaciais.

QUADRO 2: Metodologia de avaliação de GPUs – Grade analítica (VAINER,2010)

Dimensão Analítica		Rupturas		Efeito Democracia		Efeito Igualdade
Política	→ ←	Novas coalizões, novas alianças e grupos dominantes	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Institucional	→ ←	Novas institucionalidades, parcerias público-privadas, novas foras de governo urbano	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Fundiária	→ ←	Novo gradiente de valores, mais-valias imobiliárias	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Arquitetônico-urbanística	→ ←	Descontinuidades da malha urbana, preservação e introdução de imagens	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Simbólica	→ ←	Novas representações e valores, identidades e diversidade	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Econômico-financeira	→ ←	Apropriação e distribuição de custos e benefícios	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Sócio-ambiental	→ ←	Apropriação social de custos e benefícios urbanos e ambientais, emprego, renda	→	+ =	→ ←	+ =
	↑↓		↑↓	↑↓		↑↓
Escalar	→ ←	Relações local, nacional, internacional	→	+ =	→ ←	+ =

Apesar dessa metodologia constituir um avanço no sentido de melhor avaliar os impactos dos megaeventos esportivos, ela apresenta ainda graves e difíceis problemas de resolver, como admite seu proponente.

Um dos problemas se refere à classificação das categorias analíticas. Elas poderiam ser mais ou menos abrangentes ou sintéticas, dependendo, em cada caso do tempo, dos recursos, das informações disponíveis e dos agentes sociais envolvidos. Problema mais grave com relação às categorias analíticas se refere à complexidade das redes causais, suas sinergias e interações, representadas pelas setas na grade analítica. Tais problemas parecem que dependem mais da sensibilidade dos analistas do que grandes sofisticações metodológicas para serem resolvidos.

Outro problema se refere a quem avalia: “(...) valores e critérios, mesmo quando estabelecidos com o máximo de objetividade possível, serão compreendidos e acionados de maneira diversa por atores situados em espaços sociais e espaciais distintos” (VAINER, 2010, p.17).

Por fim existe o problema da temporalidade. Ao se considerar que os efeitos das rupturas políticas, sociais, fundiárias, urbanas etc, são dotados de diferentes ritmos e intensidades temporais, a questão da escolha do horizonte temporal se configura como uma questão de alta complexidade e que exige uma adequação caso a caso. “Teoricamente, o ideal seria acionar diferentes horizontes temporais, de modo a permitir que os tomadores de decisão possam arbitrar não apenas valores, objetivos e critérios, mas também tempos” (VAINER, 2010, p.18).

De frente a tamanhas dificuldades, Preuss (2006) chega, então, à seguinte constatação: “*Academic discussion about both, the legacy and the economic impacts of major sporting events shows that it is not clear if the staging of a major sporting event is an efficient way of investing scarce public resources.*” (PREUSS, 2006, p.10)

Capítulo 2

O futebol-empresa, a Fifa e a Copa do Mundo

Para empreender uma análise econômica da Copa, convém inicialmente entender como se deu o processo de adoção de modelos de gestão empresarial no futebol nas últimas décadas. Por isso, o presente capítulo tratará da transformação do futebol em num grande negócio global, dando exemplos de como este negócio é valorizado. Neste sentido, não podemos deixar de falar também da entidade que comanda a prática esportiva profissional, a Fédération Internationale de Football Association – FIFA, e que tem a Copa do Mundo de Futebol como principal fonte de receitas. No final do capítulo apresentaremos algumas informações a respeito dos impactos e legados nos países sede das duas últimas edições da Copa.

2.1. O futebol-empresa

O futebol moderno, atividade esportiva praticada em todo o mundo, cujas regras são mais ou menos conhecidas e respeitadas, passou por muitas transformações ao longo do tempo. Desde sua “invenção” nas escolas públicas inglesas no início do século XIX, passando pela instituição de suas regras básicas em 1863⁶, até a difusão internacional e a transformação em um grande negócio, muitas mudanças se sucederam. Em seu livro *A Metamorfose do futebol*, Proni (2000) relata estas mudanças, demonstrando de que maneira o contexto histórico em que o futebol se inseriu modificou os significados e dimensões do esporte ao longo do tempo. Interessa, para os fins deste trabalho, compreender os significados e dimensões, sobretudo econômicas, do futebol atualmente. Seguindo a denominação de Proni (2000), chamaremos o atual estágio do futebol de “Futebol-empresa”.

O futebol-empresa começou a se configurar com a chegada de João Havelange à presidência da Fifa, em 1974. Para ser eleito, sendo o primeiro presidente não-europeu a

⁶ As regras básicas do futebol foram instituídas em 1863 por representantes de doze escolas inglesas, a maioria do sul do país, com o intuito de formatar um jogo no qual os times de diferentes escolas pudessem competir sob as mesmas regras (PRONI, 2000).

ocupar o cargo, Havelange prometeu aos países recém-covertidos ao futebol, na Ásia e na África, aumentar o número de times na Copa do Mundo de 16 para 24. Isso contribuiu para a conquista do voto destes países, que até então não participavam do campeonato de futebol mais importante do mundo. Mais votos foram conquistados por meio de outras promessas, como criar um campeonato mundial de juniores e doar dinheiro para os países construírem estádios, promoverem cursos para árbitros, médicos e técnicos, além de outros “favores”. A Fifa, porém, não dispunha de recursos para cumprir o prometido. Foi então que, já sob comando de Havelange, a entidade estabeleceu parcerias com a Adidas e a Coca-Cola, que financiariam tais despesas em troca da associação de suas marcas com o futebol. Essas duas empresas abriram caminho para que outras, cientes do potencial de marketing por meio do futebol, adentrassem no mundo futebolístico, promovendo competições importantes. A partir de então muitas mudanças aconteceram, transformando o futebol em um espetáculo muito lucrativo. A Europa foi o palco dessas transformações. Apesar disso, a primeira experiência do tipo aconteceu nos EUA, por meio da NASL (National American Soccer League), que fracassou devido ao baixo interesse dos norte-americanos pelo esporte bretão.

Deu-se início, a partir daí, uma nova fase na estrutura de financiamento e comercialização do futebol mundial. Desde então, a organização do futebol foi se tornando numa atividade complexa, passando a exigir uma condução cada vez mais profissional. Paralelamente ao que vinha acontecendo por meio da Fifa, outros acontecimentos fortaleceram o novo modelo. Na Itália, por conta de casos de corrupção e má administração dos clubes, que acabaram os levando a situações financeiras precárias, foram criadas leis que permitiam aos clubes se tornarem propriedades de grupos privados, contribuindo para a moralização e profissionalização da gestão. Outro acontecimento que teve origem no país foi a liberação de logomarcas dos patrocinadores nas camisas dos times, gerando uma nova e importante fonte de renda para os clubes italianos. Estas medidas tornaram-se modelos para os outros países da Europa Ocidental, aprofundando ainda mais o processo de mercantilização do futebol.

Neste processo a mídia teve papel fundamental. Ela contribuiu para transformar os principais campeonatos europeus em produtos de alto valor para a indústria do entretenimento de massas, especialmente por meio das emissoras de TV por assinatura, o que fez deles ativos cada vez mais disputados. A mercantilização dos campeonatos,

por sua vez, passou a determinar a estrutura dos mesmos em função da demanda por programações esportivas na TV e do surgimento de novas opções de marketing esportivo. Informações a respeito dos maiores negócios do futebol no primeiro semestre de 2009 nos dão idéia da importância dos direitos de TV sobre o volume de dinheiro movimentado pelo esporte.

QUADRO 3: Os 15 maiores negócios do futebol no primeiro semestre de 2009

Empresa	Direitos	Gênero	Duração	Valor Total (milhões de Euros)
Infront Sports & Sky Sports	Campeonato Italiano e seleção italiana	Direitos TV	6 anos	4.600.000
Premiere	Campeonato inglês	Direitos TV	3 anos	1.400.000
Governo Sul Africano	Campeonato alemão	Direitos TV	4 anos	870.000
ESPN	Mundial 2010	Infraestruturas	2 anos	385.000
Mediaset	Campeonato inglês	Direitos TV	4 anos	275.000
Sky Sports	Liga dos Campeões da UEFA	Direitos TV	3 anos	210.000
BBC	Campeonato Inglês	Direitos TV	3 anos	200.000
TF1/Canal Plus	Campeonato inglês	Direitos TV	3 anos	160.000
Setanta	Liga dos Campeões da UEFA	Direitos TV	3 anos	160.000
Sony	Campeonato inglês	Direitos TV	3 anos	157.000
UniCredit	Liga dos Campeões da UEFA	Publicidade	3 anos	147.000
CB Holding	Liga dos Campeões da UEFA	Publicidade	3 anos	140.000
Forthney Group	West Ham United	Aquisição	N/A	100.000
Red Bull	Campeonato grego	Direitos TV	3 anos	94.000
	Red Bull Leipzig	Aquisição	N/A	93.000

Fonte: Futebol Finance

Cumpramos ressaltar também que os meios de comunicação de massa têm papel fundamental na construção e divulgação de certos modelos de comportamento e valores culturais. Neste sentido, a veiculação do futebol nas diferentes mídias tornou-se condição importante para a divulgação do esporte e seus produtos.

Ao longo dos anos 80 o modelo de “futebol-empresa” se difundiu pela Europa e, nas décadas seguintes, se espalhou pelo mundo, na onda do processo de globalização, ou, como diria Juca Kfourri, de “golbalização”: “A Terra é uma bola, como se sabe. E joga-se bola na Terra por todos os cantos. E a Terra é uma bola cada vez menor, do tamanho de uma bola de futebol. Que também se transformou com a tal da globalização.” (KFOURI, 2011, p. 12)

Assim como a globalização reforça as disparidades e competição entre as nações, ela o faz também em relação aos clubes e ligas de futebol dos distintos países. Os países onde o modelo de futebol-empresa “funciona” há mais tempo e com maior

eficiência (países da Europa ocidental, sobretudo Espanha, Inglaterra, Alemanha e Itália) são aqueles onde os clubes apresentam os maiores faturamentos do futebol mundial.

QUADRO 4: Os maiores faturamentos da temporada 09/10

Clube	País	Receitas em milhões de euros
1-Real Madrid	Espanha	438,6
2-Barcelona	Espanha	398,1
3-Manchester United	Inglaterra	349,8
4-Bayern	Alemanha	323
5-Arsenal	Inglaterra	274,1
6-Chelsea	Inglaterra	255,9
7-Milan	Itália	235,8
8-Liverpool	Inglaterra	225,3
9-Internazionale	Itália	224,8
10-Juventus	Itália	205

Tais times são aqueles que possuem os melhores jogadores, pois são capazes de arcar com os custos de manter um elenco formado pelo que o dinheiro é capaz de comprar. No caso, os jogadores mais talentosos do mundo, muitos dos quais provenientes de países menos desenvolvidos. Segue abaixo uma tabela que apresenta os 15 maiores salários pagos aos jogadores em 2011.

QUADRO 5: Os 15 maiores salários do futebol em 2011

Jogador	Clube	Salário mensal (Euros)
1-Cristiano Ronaldo	Real Madrid	1.000.000,00
2-Lionel Messi	FC Barcelona	875.000,00
3-Fernando Torres	Chelsea	833.000,00
4-Yaya Touré	Manchester City	833.000,00
5-Wayne Rooney	Manchester	791.000,00
6-Ricardo Kaká	Real Madrid	750.000,00
7-Zlatan Ibrahimovic	AC Milan	750.000,00
8-Emmanuel Adebayor	Real Madrid	708.000,00
9-Carlos Tevez	Manchester City	666.000,00
10-Samuel Eto'ó	Internazionale	666.000,00
11-Frank Ribery	Bayern Munique	666.000,00
12-John Terry	Chelsea	625.000,00
13-Frank Lampard	Chelsea	625.000,00
14-Steven Gerrard	Liverpool	625.000,00
15-Xavi	FC Barcelona	625.000,00

Fonte: Futebol Finance

Dos 15 maiores salários, 7 são de jogadores que atuam em times ingleses, 5 em times espanhóis, 2 em times italianos e 1 em time alemão. Na continuação da lista, apenas na posição número 46 do ranking aparece um jogador que não atua por um time europeu. Trata-se de Ronaldinho Gaúcho, que atua no Brasil pelo Flamengo, cujo salário mensal é o equivalente a 416.000 euros. Em novembro, porém, a diretoria do clube confirmou que o salário do jogador estava atrasado em 2 meses.

Na lista dos maiores salários de 2012, o nome de outro jogador atuando em futebol brasileiro aparecerá, porém bem mais próximo do topo. É o caso de Neymar, jogador do Santos, escolhido entre os 23 melhores jogadores do mundo em 2011, cujo contrato foi renovado em novembro de 2011 com o time brasileiro até o ano de 2014, vencendo a “concorrência” de clubes como o Real Madrid e o Barcelona. A declaração do presidente do Santos, Luís Álvaro de Oliveira Ribeiro, a respeito da possibilidade de o time não lucrar nada com a venda do jogador ao final do contrato, é elucidativa de um novo modelo de gestão, bastante fiel aos princípios do futebol-empresa:

O aumento da torcida, sim, é um valor inexorável, assim como o crescimento dos patrocínios. E aí tem o crescimento do número de camisas, a melhora nas cotas de TV. Essa é a diferença de quando você tem uma gestão com princípio corporativo. O que vamos ganhar com a permanência do Neymar, com crescimento de torcida... Isso gera consolidação da marca. O crescimento internacional do Santos gera valorização do Santos. O valor tentador das ofertas que tivemos se perde em troca de valor ativo e permanente. Denilson, Kaká, Romário e Ronaldo foram vendidos por um valor fantástico e o que aconteceu com os clubes que venderam? Se tornaram times imbatíveis? Não, permaneceram os mesmos e o dinheiro sumiu. (BORGES, 2011)

Além de destacar os principais elementos que pautam o “novo” modelo de gestão dos clubes, a declaração é interessante também pelo fato de denunciar o modelo padrão de negociação de jogadores que atuam em clubes brasileiros, no qual os mesmos são vistos como mercadorias a serem vendidas, resultando em benefícios passageiros, e não como ativos a serem capitalizados ao longo do tempo.

É certo também que a economia brasileira atravessa um momento muito mais positivo do que a economia européia, que enfrenta atualmente uma grave crise. Isso reflete necessariamente no mercado futebolístico. Existe um mercado primário e outro secundário relacionado ao futebol. O primeiro refere-se a três tipos básicos de produtos: 1) equipamentos e artigos (chuteiras, bolas de futebol, camisas de times) 2) serviços especializados (escolas de futebol, cursos de técnicos, serviços de fisiologistas) 3)

espetáculo (ingressos para assistir a jogos em estádios, aquisição de pacotes de TV tipo pay-per-view). O segundo, que ganha cada vez mais expressão no campo esportivo, refere-se aos anúncios, patrocínios, direitos de transmissão, licenciamentos, entre outros. Tanto em um quanto em outro mercado, o Brasil representa, atualmente, uma alternativa interessante à Europa, e por isso é provável que nos próximos anos sejam cada vez mais frequentes, no futebol brasileiro, contratos semelhantes ao que foi feito com o jogador Neymar. Podemos dizer que o Brasil apresenta, atualmente, as condições objetivas (mercado consumidores, estrutura de financiamento, capacidade empresarial etc) que o capacitam a adotar o modelo de futebol-empresa.

Exemplos como o citado acima demonstram que o futebol tem sido cada vez mais pensado como um negócio e gerido como uma empresa. Em um mundo globalizado e capitalista, o futebol também se torna global e assume a lógica capitalista, tendo, portanto, o lucro e a competição (mais no sentido capitalista do que no sentido esportivo) como elementos determinantes. E mais uma vez o futebol representa um simulacro do mundo, na medida em que sua transformação em negócio privado exige do Estado, por meio da regulação e fiscalização do esporte, medidas que o protejam das imperfeições do mercado. Além deste papel, o Estado assumirá outras responsabilidades sobre a prática esportiva, que variarão de país para país. No Brasil, por exemplo, de acordo com a Constituição de 1988, é também papel do Estado executar políticas de difusão da prática esportiva, estimular o desenvolvimento do desporto nacional em todos os níveis e apoiar a realização de eventos de interesse econômico e social. Tendo em vista estes diferentes papéis, podemos citar como exemplos brasileiros da atuação do Estado sobre o futebol a Lei Pelé, de 1998, que facilitou a transação de jogadores entre os clubes e que está atualmente em revisão, a criação da Timemania em 2006, com o objetivo de contribuir para o saneamento financeiro de clubes endividados, e a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, cuja maioria dos custos será financiada pelo governo federal e pelos governos municipais e estaduais das cidades sedes.

2.2. A Fifa e a Copa do Mundo de Futebol

A *Fédération Internationale de Football Association*, popularmente conhecida como FIFA, é a instituição internacional que dirige as associações de futsal, futebol de areia e futebol de campo, o esporte coletivo mais popular do mundo. Filiada ao COI, a FIFA foi fundada em Paris em 21 de maio de 1904 e tem sua sede em Zurique na Suíça. Mais do que uma federação esportiva internacional, porém, a Fifa representa atualmente uma entidade cujo controle concede ao(s) grupo(s) que a comanda(m) enorme poder político e econômico.

Com a transformação do futebol em um negócio que envolve a circulação de bilhões de dólares em todo o planeta, o controle da entidade que rege a modalidade tornou-se um fator chave. Além de conceder ao seu presidente um papel diplomático parecido ao que exercem chefes de Estado (a Fifa possui mais países membros do que a ONU), a entidade que governa o futebol no mundo criou em torno de si uma extensa e complexa rede de influências, cujo equilíbrio de poderes é determinado pelos interesses ao redor dos dividendos econômicos e políticos provenientes do esporte coletivo mais popular do mundo. A disputa para sediar uma Copa do Mundo, por exemplo, extrapola o meio futebolístico e envolve pesados interesses econômicos e políticos.

Sob o ponto de vista econômico, sediar a Copa do Mundo de Futebol pode ser visto como um direito que o país sede (ou a confederação de futebol do mesmo) adquire/compra da Fifa. Para maximizar seus ganhos com esta concessão/venda, a Fifa organiza uma competição entre os países candidatos. Como um monopolista encarando um grupo de postulantes à sede, a FIFA é capaz de extrair a maior parte dos benefícios financeiros associados ao evento (MAENING; DU PLESSIS, 2007).

O país escolhido e a Fifa assinam um contrato que regula o fluxo de benefícios associados com o torneio, cuja principal fonte são os direitos comerciais e de imagem (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial etc). Dentre as várias cláusulas deste contrato, existe uma, por exemplo, que determina que num raio de 1 quilômetro do estádio e ao longo das principais rodovias de acesso, o comércio é exclusividade das empresas associadas à Fifa, que, por sua vez, compraram desta o direito de associarem suas marcas ao torneio. Outra cláusula importante se refere aos direitos de TV, que, dentre outras medidas,

estabelece severas sanções aos responsáveis em caso de desrespeito aos mesmos. Juntos, os direitos de TV e marketing constituem o principal fluxo de receitas da Copa.

No período entre 2007 e 2010, 93% das receitas da Fifa foram provenientes da realização da Copa de 2010, especialmente por meio de direitos televisivos e de marketing.

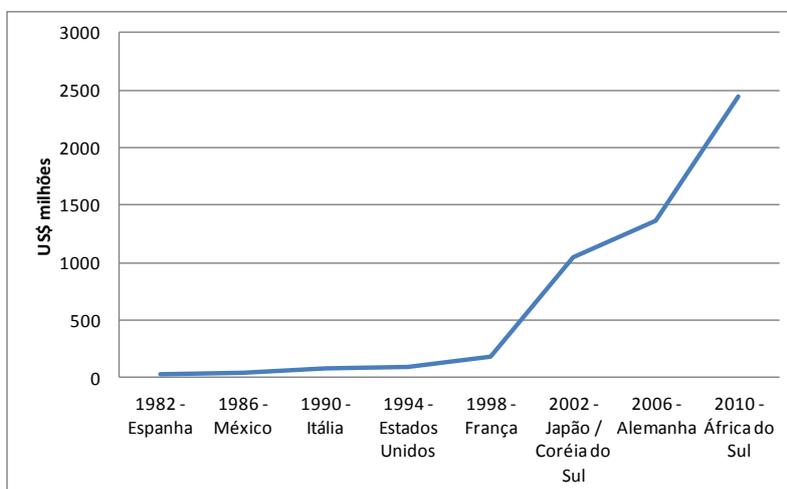
TABELA 1: Receitas da Fifa nos ciclos 2003/2006 e 2007/2010

Receitas	2003 - 2006		2007 - 2010	
	US\$ milhões	Participação no Total (%)	US\$ milhões	Participação no Total (%)
Receita Operacional	101	3,8	172	4,1
Receita Financeira	106	4,0	127	3,0
Receita da Copa	2451	92,2	3890	92,9
Direitos de TV	1363	51,3	2448	58,4
Direitos de marketing	586	22,1	1097	26,2
Outros	482	18,1	345	8,2
Total	2658	100,0	4189	100,0

Fonte: Fifa - Financial Report 2006 e 2010

A Tabela 1 nos informa que as receitas da Fifa passaram de US\$ 2,66 bilhões no período 2003/2006 para US\$ 4,19 bilhões no período de 2007/2010, um crescimento de 58%. O principal motivo disso foi o aumento das receitas provenientes dos direitos televisivos e de marketing da Copa (80% e 87%, respectivamente). Outra informação interessante diz respeito ao valor dos direitos televisivos e a sua participação na arrecadação total. Ao atingir a quantia de US\$ 2,45 bilhões, estes direitos, relativos à Copa de 2010, responderam por quase 60% da arrecadação total no período entre 2007 e 2010.

FIGURA 4: Gráfico da evolução dos valores dos direitos televisivos das Copas



O Figura 4 mostra a evolução dos valores dos direitos televisivos das Copas, desde 1982 até 2010. Percebe-se que houve uma considerável mudança de patamar destes valores a partir da Copa de 2002, quando os valores passaram de R\$ 184 milhões (França – 1998) para R\$ 1 bilhão (Japão e Coréia – 2002).

2.3. Alemanha 2006 e África do Sul 2010: impactos e legados

A partir do que foi dito acima, constata-se que a realização da Copa torna-se cada vez mais lucrativa para a Fifa, para os organizadores locais e para as emissoras de TV, além de propiciar retornos crescentes com para os anunciantes e patrocinadores. Mas, e o país sede? O que o conjunto da sociedade ganha em troca do esforço de sediar o mais famoso torneio de futebol de mundo? Os benefícios normalmente associados à realização da Copa do Mundo são: melhorias na infraestrutura, no bem-estar e no emprego, além do aumento de turistas e das perspectivas de negócio. A partir dos exemplos das duas últimas Copas, veremos se tais benefícios se concretizaram nos países que sediaram o evento.

As duas edições mais recentes da Copa do Mundo de Futebol aconteceram em países bastante distintos entre si. A edição de 2006 teve lugar na Alemanha, um dos países mais desenvolvidos do mundo e maior potência econômica da Europa. A edição de 2010 aconteceu na África do Sul, país em desenvolvimento localizado no continente africano, onde se verificam os maiores níveis mundiais de pobreza.

Como apresentado no primeiro capítulo, os efeitos de um megaevento esportivo como a Copa do Mundo de Futebol são bastante diferentes entre países que possuem estágios de desenvolvimento distintos. Relembrando os principais pontos: países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para eventos desse porte, aumentando consideravelmente os riscos e custos de oportunidade. Por outro lado, o custo do trabalho é menor, diminuindo, relativamente, os custos operacionais e de infraestrutura. Por fim, pelo fato de países em desenvolvimento apresentarem importantes déficits em suas infraestruturas, a realização da Copa pode contribuir para sanar parte deles.

Com relação à Copa na Alemanha, estudos e dados posteriores ao evento têm comprovado a tese de que os impactos econômicos promovidos por megaeventos esportivos estão longe de se aproximarem dos grandes números apresentados pelas estimativas em estudos ex-ante⁷. O órgão federal alemão responsável pelos dados de emprego sugere que a Copa gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos na economia alemã, a maior parte deles temporários, o que representa parcela pouco significativa do mercado de trabalho alemão, que empregava por volta de 40 milhões de trabalhadores em 2006. Os hotéis verificaram uma diminuição de 2,7 % na taxa de ocupação em relação ao mesmo mês do ano anterior ao da Copa, comprovando a existência do efeito “crowding-out”. A diminuição na taxa de ocupação, entretanto, foi compensada pelo aumento das tarifas. O aeroporto de Frankfurt verificou um aumento de 1,7% no número de passageiros no período do torneio (PLESSIS; MAENING, 2007). Talvez o maior benefício alcançado pela Alemanha por meio da Copa do Mundo de Futebol foi a melhora de sua imagem internacional (ALMERS; MANNING, 2008). De acordo com o *Anholt Nations Brand Index (NBI)*, índice utilizado para rankear as nações no que se refere à percepção internacional de suas “marcas”, a Alemanha saltou de quinto lugar em 2005 para o segundo lugar em 2006, após a realização da Copa.

No que se refere aos legados, pelo fato de se tratar de um país com elevado nível de desenvolvimento e com uma infraestrutura bastante completa, a Copa significou para a Alemanha poucas melhorias. Podemos considerar a construção e reforma dos 12 estádios que abrigaram a Copa como um dos principais legados deixados pela realização do evento.

Na África do Sul, as expectativas antes do evento eram bastante otimistas. Como descrevem Kuper e Szymanski (2009), os sul africanos, inspirados pela propaganda do governo⁸, acreditavam que a Copa significaria a injeção de milhões e milhões de dólares (ou Rands) na economia local, a criação de centenas de milhares de empregos e uma melhoria generalizada na qualidade de vida da população, que, dentre outras coisas, poderia usufruir nas próximas décadas da infraestrutura construída para a Copa. De acordo com estudo ex-ante da consultoria Grand Thornton, os impactos esperados

⁷ Um estudo do banco Postbank estimou que o impulso econômico da Copa do Mundo de Futebol poderia chegar a dez bilhões de Euros, o equivalente, na época a 0,5% do produto interno bruto alemão (GUISELINI, 2008).

⁸ "O evento em si criou tal oportunidade que nossa economia não será do mesmo tamanho depois da Copa do Mundo de 2010. Certamente, portanto, o PIB irá crescer em relação a onde estava. Estamos confiantes de que os números de empregos irão crescer", Jacob Zuma, presidente da África do Sul à *TV Reuters Insider*

seriam da ordem de R\$ 20,2 bilhões, com a criação de 695.000 empregos. Com relação ao turismo, eram esperados 370.000 visitantes estrangeiros, que injetariam cerca de R\$ 2 bilhões na economia. A expectativa era de que somados, estes efeitos significariam um acréscimo de 0,54% no PIB do país.

O único estudo ex-post encontrado foi feito por esta mesma empresa de consultoria. As informações que serão apresentadas, porém, foram obtidas de forma indireta, por meio de notícias na internet. O estudo mostra que a média de ocupação dos hotéis aumentou 61%. Os gastos com cartões apresentaram elevação de 55% e as vendas no varejo registraram expansão de 7,4%. A indústria de Alimentos e Bebidas cresceu 10,4% e o mercado de cerveja sozinho teve uma elevação de 12%. De acordo com Madeleine Blakenstein, sócia da Grand Thornton Brasil, “Além dos reflexos nos números contribuindo com o PIB do País, o evento melhorou a percepção internacional com relação à África do Sul, impulsionou o turismo e gerou um sentimento de orgulho nacional”. Ainda de acordo com o estudo, aproximadamente 350 mil visitantes estrangeiros gastaram 8 bilhões de Rands (equivalente a R\$ 1,73 bilhão) durante o evento, totalizando um impacto econômico de 18 bilhões de Rands (equivalente a R\$ 3,91 bilhões). Esta última informação é bastante diferente da obtida no site do ministério do turismo brasileiro, onde se diz que 93 bilhões de Rands (R\$ 20,2 bilhões) foram injetados na economia sul africana por turistas estrangeiros. Difere também de uma sondagem elaborada pelo National Department of Tourism (NDT) da África do Sul em conjunto com a South African Tourism (SAT), o ministério do turismo da África do Sul, segundo a qual o mundial da FIFA levou ao país africano 309.554 turistas, que no conjunto gastaram cerca de 390 milhões de Euros (R\$ 972 milhões).

Dos 10 estádios construídos para a Copa, apenas um (Soccer City, em Joanesburgo) é capaz de gerar dividendos que cobrem seus custos. O restante gera custos que são pagos com o dinheiro público (R\$ 17 milhões é o custo anual de administração de apenas 3 destes estádios).

Os maiores benefícios para a África do Sul, apesar de dificilmente comprováveis, foram a melhora da imagem internacional do país e o grande sentimento de orgulho da população, juntamente com o legado em infraestrutura, especialmente no que se refere aos meios de transporte.

Capítulo 3

A Copa do Mundo de Futebol no Brasil

Em uma cerimônia festiva no dia 30 de outubro de 2007, na sede da FIFA, em Zurique, o Brasil foi anunciado como a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Como demonstração da importância do anúncio para o país, a delegação brasileira presente no evento era numerosa. Entre seus componentes estavam autoridades como o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, 12 governadores de Estado, ministros e senadores. Também faziam parte da comitiva personalidades como o escritor Paulo Coelho e o ex-jogador de futebol Romário, entre outros. O anúncio daquela manhã de terça-feira significava que o Brasil seria novamente, depois de 64 anos, a sede da maior competição de futebol do mundo. A escolha aconteceu no contexto da política de rodízio de continentes, implementada pela Fifa a partir da Copa da África do Sul em 2010.

A Copa de 2014 será a vigésima na história das copas e ocorrerá pela quinta vez na América do Sul, onde foi disputada pela última vez na Argentina, em 1978. A competição será disputada em 64 jogos, entre os dias 12 de junho e 13 de julho, e contará com a participação de 32 seleções nacionais. Os jogos acontecerão em 12 cidades sedes, a despeito da preferência inicial da Fifa por apenas 10. Tal preferência deve-se a uma questão de economia, já que cada cidade sede tem de ter seu próprio centro de imprensa, hotéis oficiais, campos de treinamento, equipe de voluntários, entre outras fontes de custo. Para a Fifa, em um torneio como a Copa, com 64 jogos, dez sedes seria um número razoável. Em média, cada cidade receberia seis jogos em um mês. O Brasil, no entanto, tem dimensões continentais, e a contemplação da diversidade que isso implica exige um número maior de sedes, de acordo com a CBF.

A escolha das cidades sede, de acordo com Jerome Volcke, secretário-geral da Fifa, obedeceu a critérios técnicos, com base nas visitas dos técnicos da entidade às cidades postulantes e nos projetos apresentados por elas. Além dos estádios, aspectos como a rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer foram levados em conta na hora da escolha. O anúncio das cidades escolhidas foi feito no dia 31 de maio de 2009 e contemplou as seguintes localidades: Belo Horizonte

(MG), Brasília (DF), Cuiabá (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As cidades preteridas foram: Belém (PA), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Maceió (AL) e Rio Branco (AC)

FIGURA 5: Cidades que receberão as partidas da Copa



Em 20 de outubro de 2011 foi divulgada a tabela de jogos da competição, contendo informações a respeito dos jogos que cada cidade irá receber. As informações estão resumidas no Quadro 6.

QUADRO 6: Cidades Sedes e os jogos da Copa do Mundo

Cidades	Quantidade de jogos	Jogos que irá sediar além dos 4 da primeira fase
Belo Horizonte	6	1 oitava de final e 1 semifinal
Brasília	7	1 oitava de final, 1 semifinal e a disputa de 3° lugar
Cuiabá	4	0
Curitiba	4	0
Fortaleza	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
Manaus	4	0
Natal	4	0
Porto Alegre	5	1 oitava de final
Recife	5	1 oitava de final
Rio de Janeiro	7	1 oitava de final, 1 quarta de final e a final
Salvador	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
São Paulo	6	abertura, 1 oitava de final e 1 semifinal

Fonte: Fifa / Match Schedule

O jogo de abertura, no dia 12 de junho de 2014, acontecerá na cidade de São Paulo. Além da visibilidade proporcionada pelo primeiro jogo da Copa, a cidade que recebe a partida inaugural sedia também o Congresso Anual da Fifa uma semana antes do início dos jogos. A grande final acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, no estádio do Maracanã, o “templo sagrado” do futebol mundial. As cidades que mais receberão jogos serão Brasília e Rio de Janeiro, com 7 jogos cada uma. As cidades de Cuiabá, Curitiba, Manaus e Natal receberão apenas os 4 jogos da primeira fase.

3.1. A preparação para a realização da Copa do Mundo

A Copa do Mundo de Futebol exige do país sede uma série de medidas preparatórias, de modo a torná-lo apto a receber satisfatoriamente a competição, ou seja, aproveitando as oportunidades e evitando os riscos associados a sua realização. Dentre estas medidas, destacaremos as relacionadas à organização, à legislação e à infraestrutura.

Organização

Em 30 de outubro, juntamente com o anúncio oficial do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a Fifa anunciou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como a responsável pela organização da competição no Brasil. A CBF, por sua vez, criou o Comitê Organizador Local, presidido pelo próprio presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para tratar dos assuntos referentes à Copa. De acordo com o documento que trata dos regulamentos da competição, a CBF e o COL estarão sujeitos ao controle e supervisão da Fifa, que terá “a última palavra em todos os assuntos referentes à Copa do Mundo de 2014”.

A Copa do Mundo de Futebol, entretanto, é um evento que interessa não apenas à Fifa e à CBF e que também não depende apenas das duas entidades para a sua realização. A participação do Estado é imprescindível, seja para a viabilização econômica e legal do evento, seja para a defesa dos interesses nacionais e regionais relacionados ao mesmo, mobilizando as esferas federal, estadual e municipal de governo.

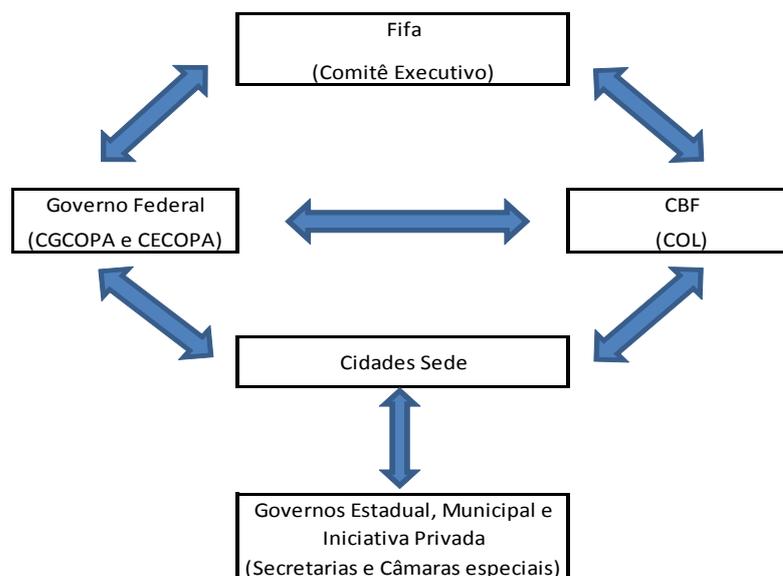
Partindo da esfera federal, o Estado se organiza por meio do Comitê gestor da Copa. Em 14 de janeiro de 2010 foi publicado um decreto pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cria o Comitê Gestor da Copa, o CGCOPA 2014. Em 26 de julho de 2011, um novo decreto, este assinado pela presidenta Dilma Rousseff, atualizou o texto e incluiu novos atores na estrutura de governança. A instância tem como principal objetivo definir, aprovar e supervisionar ações previstas no Plano Estratégico do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo da FIFA 2014. Ao todo, 25 ministérios e secretarias com status de ministério integram o CGCOPA.

Dentro do CGCOPA, há um núcleo chamado de Grupo Executivo da Copa (GECOPA). Composto por seis ministérios, mais a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Aviação Civil, o GECOPA tem como objetivo coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico Integrado para a Copa 2014. Essas estruturas dialogam, interagem e estabelecem instrumentos de formalização de responsabilidades com o Comitê Organizador Local (COL) da Copa FIFA 2014 e com as 12 cidades sede. Um destes instrumentos de formalização de responsabilidades é a Matriz de Responsabilidade.

A Matriz de Responsabilidade é um documento que atribui a cada um dos signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) obrigações referentes à execução e planejamento de obras de infraestrutura relacionadas à Copa. São obras nas áreas de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos. Ficou definido, por meio deste instrumento, que as obras referentes aos estádios e à mobilidade urbana serão de responsabilidade dos Estados e Municípios e as obras referentes aos portos e aeroportos serão de responsabilidade da União. O instrumento também é importante fonte de informação dos custos e do andamento das obras.

Cada uma das cidades sede conta com sua própria estrutura de governança, determinada pela relação que se estabelece entre as esferas estadual, municipal e privada. Deste modo constituem-se câmaras e secretarias especiais, que procuram dar conta dos interesses locais e dos compromissos assumidos, por exemplo, na Matriz de Responsabilidade.

FIGURA 6: Organização da Copa



Legislação

A Copa do Mundo Fifa de futebol provoca alterações nas leis do país sede. Além das mudanças legais necessárias relativas aos compromissos assumidos entre o Brasil e a Fifa, que incluem, por exemplo, as sanções que devem ser aplicadas a quem desprezar os direitos de imagem e comercialização associados ao evento, há mudanças que partem da iniciativa local, e objetivam facilitar e tornar mais eficientes os processos envolvidos no planejamento e execução dos projetos relacionados à Copa.

Com relação às leis referentes aos compromissos assumidos entre o Brasil e a Fifa, a Lei Geral da Copa é a principal. Ela trata de aspectos como a proteção e exploração dos direitos comerciais (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial etc), dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros. Existe atualmente uma comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a lei. Questões como a venda de bebidas alcoólicas nos estádios e a meia entrada para estudantes e idosos são os maiores pontos de divergência entre o governo brasileiro e a Fifa, já que afetam questões constitucionais. A previsão é de que a lei seja aprovada entre o final de 2011 e meados de 2012. Outras leis e decretos já foram aprovadas, como a lei 12.350 de 20 de dezembro de 2010 e o decreto 7.578, de 2011, que tratam da isenção de tributos federais

incidentes nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento.

Já em relação à criação de leis que partem exclusivamente da iniciativa do país sede, podemos destacar a lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aplicado às licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e da Copa das Confederações. O objetivo da lei é, de acordo com Delfino Natal de Souza, secretário de logística e tecnologia da informação, “simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas mantendo a transparência e aumentando a competitividade entre os participantes”. Podemos destacar também as medidas provisórias 496 e 497. A Medida Provisória 496 permite que as cidades que receberão os jogos da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016 contraiam mais empréstimos para custear as obras relacionadas aos eventos esportivos, mesmo que a dívida total supere a receita líquida desses municípios. A MP 496 foi criada para possibilitar em caráter excepcionalidade esse grau de endividamento, que é proibido pela Constituição Federal. A Medida Provisória 497 faz mudanças nas leis tributárias, com destaque para a isenção fiscal de obras relacionadas à realização, no Brasil, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. O texto concede isenção de IPI, Cofins e PIS para os materiais usados na construção de estádios para o Mundial.

QUADRO 7: Legislação referente à Copa

Leis, Decretos e Medidas Provisórias	Descrição	Objetivo	Situação
Lei Geral da Copa	Lei Geral da Copa	Estabelecer as regras para a exploração e proteção dos direitos comerciais, dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros.	Em discussão na Câmara dos Deputados. Aprovação entre final de 2011 e meados de 2012.
Lei nº 12.350, de dezembro de 2010	Lei de Isenção Fiscal	Isenção de tributos federais nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento.	Aprovada
Lei nº 12.462, de agosto de 2011	Regime Diferenciado de Contratações	Simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas relacionadas à Copa.	Aprovada
Decreto nº 7.578, de outubro de 2011	Decreto presidencial	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização da Copa.	Aprovado
MP 496	Medida Provisória	Possibilitar o endividamento das cidades sede além do permitido constitucionalmente	Aprovada
MP 497	Medida Provisória	Isenção fiscal de obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014.	Aprovada

Câmaras Temáticas

A Copa do Mundo de Futebol transcende, e muito, a esfera esportiva. Preocupações relacionadas à segurança, ao meio ambiente, à saúde, à infraestrutura, dentre outras áreas, devem estar presentes em sua organização. Deste modo, foram criadas nove Câmaras Temáticas, cada uma responsável por áreas fundamentais à realização do evento. As câmaras se pautam pela proposição de políticas públicas e soluções técnicas eficientes e transparentes, que garantam um legado alinhado aos interesses estratégicos do país. O Comitê Gestor da Copa do Mundo da FIFA 2014 está estimulando a instalação de câmaras, com temas correspondentes, em todas as cidades-sede.

As nove Câmaras são divididas da seguinte maneira: Estádios; Segurança; Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico; Promoção Comercial e Tecnológica; Cultura, Educação e Ação Social; Transparência; e Infraestrutura.

Apesar de não ser possível estabelecer uma hierarquia entre as câmaras no sentido de atribuir maior importância a uma ou outra, daremos especial atenção a duas delas – Estádios e Infraestrutura – pelo fato de constituírem os principais gastos relacionados à Copa. Além disso, as informações relacionadas aos estádios e à infraestrutura são as mais detalhadas e atualizadas

Infraestrutura

Um evento como a Copa do Mundo de Futebol requer das cidades sedes uma infraestrutura mínima, que dê conta do aumento das demandas provocadas pela sua realização e que satisfaça também as exigências do espetáculo, cujos detalhes são determinados pela Fifa. Deste modo, todas as cidades sedes passarão por transformações, de modo a adequarem-se às necessidades geradas pelo evento. Tais transformações, realizadas por meio de obras de infraestrutura, podem ser divididas em três áreas principais: Aeroportos e Portos, Estádios e Mobilidade Urbana.

De acordo com a Matriz de Responsabilidade, as obras relacionadas aos aeroportos e portos são de responsabilidade federal, e as obras relacionadas aos estádios

e à mobilidade urbana são de responsabilidade municipal e estadual. Em alguns casos haverá participação do setor privado, como nos casos de alguns estádios e das concessões de alguns aeroportos. Veremos a seguir alguns detalhes das obras nas três áreas.

Estádios

Apesar de ser um país com uma grande e rica cultura futebolística, nenhum estádio no Brasil está apto a receber um jogo de Copa do Mundo. Isso porque a FIFA possui várias exigências para os mesmos, que vão desde o número mínimo de assentos até o ângulo de visão dos espectadores. Sendo assim, serão construídos ou reformados estádios em todas as cidades que receberão jogos da Copa do Mundo. A Tabela 2 abaixo contém informação a respeito do tipo da obra (reforma ou construção), os custos, a variação dos custos e a fonte dos recursos.

TABELA 2: Obras em estádios para a Copa

Cidade	Tipo de Obra	Custos em	Custos em	Varição	Financiamento	Responsabilidade	Conclusão
		jan/2010 (R\$ milhões)	nov/2011 (R\$ milhões)	nos custos (%)	Federal (R\$ milhões)		
Belo Horizonte	Reforma	426	695	63	400	Governo Estadual (Concessionário)	dez/12
Brasília	Reforma	745	688	-8	0	Governo Distrital	dez/12
Cuiabá	Construção	454	519	14	285	Governo Estadual	dez/12
Curitiba	Reforma	185	234	27	0	Clube Atlético Paranaense (CAP S/A)	dez/12
Fortaleza	Reforma	623	519	-17	352	Governo Estadual (Concessionário)	dez/12
Manaus	Reconstrução	515	532	3	400	Governo Estadual	jun/13
Natal	Construção	350	417	19	397	Governo Estadual (Concessionário)	dez/13
Porto Alegre	Reforma	130	290	123	0	Sport Club Internacional	dez/12
Recife	Construção	530	500	-6	400	Governo Estadual (Concessionário)	dez/12
Rio de Janeiro	Reforma	600	884	47	400	Governo Estadual	fev/13
Salvador	Reconstrução	592	597	1	324	Governo Estadual (Concessionário)	dez/12
São Paulo*	Construção	240	820	242	400	Sport Club Corinthians	dez/13
Total	-	5389	6695	24	3357	-	-

Fonte: Resolução nº 3 do GECOPA / Matriz de Responsabilidade

De acordo com a tabela 2, dos 12 estádios para a Copa, 6 serão reformados e 6 serão construídos (2 deles serão reconstruídos). O custo total dos estádios será de R\$ 6,7 bilhões, um crescimento de 24% em relação aos custos previstos em janeiro de 2010. Deste total, R\$ 3,35 bilhões, ou 50,1%, serão financiados por meio de empréstimos obtidos junto ao BNDES. Apenas 3 estádios (Curitiba, Porto Alegre e São Paulo) são de responsabilidade privada. Dos 9 estádios restantes, sob responsabilidade estadual, 5

(Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) serão construídos por meio de PPPs (parcerias público privadas) e 4 (Brasília, Cuiabá, Manaus e Rio de Janeiro) serão construídos por meio de tradicionais contratos de empreitada, no qual o Estado contrata uma ou mais empresas para executar as obras.

A previsão para a conclusão da maioria os estádios é dezembro de 2012, com exceção de Manaus (jun 2013), Natal (dez 2013), Rio de Janeiro (fev de 2013) e São Paulo (dez 2013).

Mobilidade Urbana

Um dos principais legados da Copa do Mundo de 2014 serão as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede do evento. Talvez por isso as obras na área serão as que mais pesarão nos cofres públicos. Boa parte delas será financiada pelo governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, o que permitirá às cidades e seus respectivos Estados diluir os gastos ao longo do tempo, de acordo com as especificidades de cada contrato de empréstimo.

As informações mais recentes sobre os projetos de cada cidade, seus custos, financiamento, previsão de início e término podem ser consultadas por meio Resolução Número 3 do Grupo Executivo da Copa (Gecopa), divulgada em novembro de 2011, que atualiza a Matriz de Responsabilidade das obras da Copa do Mundo de 2014. Mesmo sendo a versão mais atualizada, ela não contém informações sobre as obras de mobilidade urbana das cidades de Salvador, Natal e Curitiba. Os projetos dessas capitais estão em avaliação no Ministério do Planejamento. Salvador solicitou a revisão do modal de transporte público, enquanto Curitiba e Natal passam por reavaliação do escopo do projeto, podendo alterar o valor da contrapartida de estados e municípios. Com relação às duas últimas cidades, as informações mais recentes estão no Balanço da Copa, divulgado em setembro de 2011. Com relação a Salvador, podemos contar apenas com informações divulgadas na mídia. Segue abaixo a Tabela 3, com algumas informações a respeito das obras de mobilidade urbana nas cidades sedes, com exceção de Salvador.

TABELA 3: Mobilidade Urbana

Cidades Sede	Projetos	Custo em	Custo em	Varição	Financiamento
		jan/2010 (R\$ milhões)	nov/2011 (R\$ milhões)	(%)	Federal (%)
Belo Horizonte	8	1522	1389	-9	74
Brasília	2	361	380	5	95
Cuiabá	3	481	1440	199	39
Curitiba	9	446	479	8	91
Fortaleza	6	508	562	11	73
Manaus	2	1537	1845	20	43
Natal	2	411	441	7	82
Porto Alegre	10	525	560	7	86
Recife	5	712	991	39	78
Rio de Janeiro	1	1610	1884	17	63
São Paulo	1	2860	1882	-34	58
Total	49	10973	11853	8	63

Fonte: Resolução nº 3 do GECOPA - Matriz de Responsabilidade / Balanço da Copa

Somam-se 49 projetos nas cidades sedes. Porto Alegre, com 10, Curitiba, com 9 e Belo Horizonte, com 8, são as cidades com maior número de intervenções na área de mobilidade urbana, e respondem, juntas, por 54 % do total dos projetos. O custo total das obras está previsto em R\$ 11.853. Deste total, 63%, ou R\$ 7,5 bilhões, serão financiados pela Caixa Econômica Federal. Se considerarmos os custos de Salvador (estimados em R\$ 2,4 bilhões), o valor atingiria R\$ 14,2 bilhões. Salvador seria, inclusive, a cidade com os maiores custos em mobilidade urbana. Rio de Janeiro (R\$ 1,9 bi), São Paulo (R\$ 1,9 bi) e Manaus (R\$ 1,8 bi) somam, juntas, R\$ 5,6 bilhões, ou 47% do valor total. Apesar disso, apresentam apenas 4 projetos de mobilidade urbana, o que representa 8% de 49 projetos.

Em comparação com os valores divulgados na Matriz de Responsabilidade em janeiro de 2010, houve um aumento de 8%. As maiores variações em valores absolutos aconteceram em Cuiabá e São Paulo. Na capital do Mato Grosso, o aumento de quase R\$ 1 bilhão em relação ao valor divulgado em 2010 se deveu à troca do modal de transporte, que era BRT (Bus Rapid Transit, ou trânsito rápido de ônibus) e passou a ser VLT (Veículo Leve sobre trilhos). Em São Paulo, a diminuição de quase R\$ 1 bilhão em relação a 2010 se deveu ao encurtamento do trecho do monotrilho.

TABELA 4: Mobilidade Urbana de acordo com as Esferas Governamentais

Esfera Governamental	Quantidade de projetos	Custo Total (R\$ milhões)	Custo Médio (R\$ milhões)
Governo Estadual	17	5924	348
Governo Municipal	34	5549	163
Governo Distrital	2	380	190

Fonte: Resolução nº 3 do GECOPA - Matriz de Responsabilidade / Balanço da Copa

Se somarmos a quantidade de projetos da Tabela 4, chegaremos ao número 53, 4 a mais do que os 49 apresentados na Tabela 3. Isso se deve ao fato de que 4 projetos (3 em Curitiba e 1 em Natal) são de responsabilidade mútua entre governo estadual e municipal. Nesta tabela, portanto, tais projetos foram contados duas vezes. Não houve, entretanto, dupla contagem dos valores. Dito isso, passemos à análise das informações. A quantidade de projetos sob responsabilidade municipal é o dobro da quantidade sob responsabilidade estadual (17 e 34, respectivamente). O custo médio dos projetos sob responsabilidade estadual, porém, é um pouco maior que o dobro do custo médio dos projetos municipais (R\$ 348 milhões e R\$ 163 milhões, respectivamente). Os projetos sob responsabilidade do Governo Distrital, referentes à cidade de Brasília, são dois, totalizando R\$ 380 milhões a um custo médio de R\$ 190 milhões.

Aeroportos e portos

Os aeroportos são uma das partes mais delicadas relacionadas à infraestrutura necessária para receber a Copa do Mundo de Futebol. Problemas graves aconteceram recentemente nos aeroportos brasileiros, indicando condições precárias dos serviços aeroportuários e a necessidade urgente de investimentos pesados na área. Isso já era sabido antes da Copa do Mundo de Futebol. Com o grande aumento do fluxo de passageiros provocado pelo evento, entretanto, a urgência se tornou ainda maior. Por isso, todos os aeroportos das cidades sedes passarão por reformas, além do aeroporto de Viracopos, em Campinas, que ajudará a absorver a demanda de vôos dos demais aeroportos, especialmente dos de São Paulo. Com relação aos portos, os investimentos serão mais modestos. Isso porque não serão feitas grandes reformas nos mesmos, já que elas se restringirão aos investimentos em terminais turísticos. As reformas dos

aeroportos e dos portos são de responsabilidade do Governo Federal de acordo com a Matriz de Responsabilidade.

TABELA 5: Aeroportos e Portos

Cidades	Aeroportos		Portos	
	Custo (R\$ milhões)	Conclusão	Custo (R\$ milhões)	Conclusão
Belo Horizonte	508,65	dez/13		
Brasília	864,74	dez/13		
Cuiabá	91,33	jul/13		
Curitiba	84,49	out/13		
Fortaleza	349,80	dez/13	149,0	nov/13
Manaus	394,12	dez/13	89,4	dez/13
Natal	582,44	nov/13	53,7	mai/13
Porto Alegre	579,21	dez/13		
Recife	18,47	dez/13	21,8	jun/13
Rio de Janeiro	813,27	dez/13	314	nov/13
Salvador	47,61	nov/13	36	jul/13
São Paulo (GR)	1.331,73	nov/13		
Campinas	876,92	dez/13		
Santos		-	235	jul/13
Total	6.542,78		898,9	

Fonte: Resolução nº 3 do GECOPA - Matriz de Responsabilidade

De acordo com a tabela 5, o custo total das reformas dos aeroportos será de R\$ 6,5 bilhões. A conclusão das obras está prevista para o período entre julho e dezembro de 2013. Três aeroportos (Brasília, Campinas e São Paulo) estão em processo de concessão para serem administrados pela iniciativa privada. O objetivo da concessão é agilizar as obras de ampliação e melhoria visando a Copa de 2014 e atender ao crescimento da demanda interna por vôos.

Com relação aos portos, o custo total será de R\$ 899 milhões. Até o presente momento, nenhuma das obras foi iniciada. Apesar disso, a previsão de conclusão das mesmas indica que todas estarão prontas antes do início da Copa.

TABELA 6: Estádios, Mobilidade Urbana, Aeroportos e Portos.

Custos das obras relacionadas a Copa do Mundo de Futebol - R\$ milhões								Total	% em relação ao PIB 2008
Cidades	Estádios			Mobilidade urbana		Aeroportos e Portos			
	Estado	PPPs	Iniciativa Privada	Estado	Município	União	Iniciativa Privada		
Belo Horizonte		695			1389	509		2592	6%
Brasília	688			380		865		1933	2%
Cuiabá	519			1294	146	91		2050	23%
Curitiba			234	242	238	84		798	2%
Fortaleza		519		301	262	499		1579	6%
Manaus	532			1554	291	484		2861	8%
Natal		417		94	347	174	408	1441	17%
Porto Alegre			290		560	579		1430	4%
Recife		500		558	537	40		1635	7%
Rio de Janeiro	884				1884	1127		3894	3%
Salvador*		597		2400		84		3081	10%
São Paulo			820	1882		1332		4033	1%
Campinas						877		877	3%
Santos						235		235	1%
Total	2623	2728	1344	8704	5652	6980	408	28439	3%

Fonte: Resolução nº 3 do GECOPA - Matriz de Responsabilidade / Balanço da Copa

*O valor do custo em mobilidade urbana de Salvador foi obtido por meio de declarações na mídia de autoridades responsáveis pelos projetos

O custo total em infraestrutura para a Copa, no que se refere aos estádios, à mobilidade urbana, aos portos e aos aeroportos será de R\$ 28,4 bilhões. Deste valor, 15,8% (R\$ 4,5 bilhões) contará com a participação da iniciativa privada (PPPs + iniciativa privada). O restante está dividido da seguinte forma: União (R\$ 7 bilhões ou 24,5%), Estados (R\$ 11,3 bilhões ou 39,8%) e Municípios (R\$ 5,7 bilhões ou 19,9%). As cidades sede com os maiores custos serão São Paulo (R\$ 4 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 3,9 bilhões). Curitiba é a única cidade sede cujo custo que fica abaixo da casa do bilhão (R\$ 798 milhões). Metade dos custos (50,5%) será em mobilidade urbana (R\$ 14,4 bilhões). Portos e Aeroportos representam 26 % dos custos (R\$ 7,4 bilhões) e os estádios, 23,5% do total (R\$ 6,7 bilhões).

Ao se comparar os custos das obras em infraestrutura com o PIB dos municípios em 2008, percebemos que em algumas cidades as obras representarão importante parcela do mesmo, como em Cuiabá (23%) e Natal (17%). Outras cidades onde elas representarão custos relevantes em relação ao PIB são Salvador (10%), Manaus (8%), Recife (7%), Belo Horizonte (6%) e Fortaleza (6%). São Paulo, apesar de ser a cidade com os maiores custos em infraestrutura relacionados à Copa, será a localidade onde tais obras representarão a menor parcela do PIB (1%).

3.2. Perspectivas de impactos e de legados

No site oficial do Governo Federal sobre a Copa de 2014, a previsão dos impactos econômicos gerados pela realização do evento é apresentada por meio de um estudo realizado pela empresa de consultoria Value Partners. Trataremos os resultados deste estudo como a versão oficial dos impactos econômicos.

De acordo com o estudo citado, os impactos econômicos gerados pela realização da Copa no Brasil podem chegar ao valor de R\$ 183,2 bilhões, sendo R\$ 47,5 bilhões (26%) proveniente dos impactos diretos e R\$ 135,7 bilhões (74%) provenientes dos impactos indiretos, resultado da recirculação do dinheiro. Seriam criados 330 mil empregos permanentes e 380 mil empregos temporários. A arrecadação de tributos seria da ordem de R\$ 16,8 bilhões.

Outro estudo que tem sido utilizado nos discursos oficiais é o que foi realizado por uma parceria entre a empresa de consultoria Ernst & Young e a FGV, intitulado *Brasil Sustentável – impactos sócio-econômicos da Copa do Mundo 2014*. Neste estudo, o impacto total seria de R\$ 142,39 bilhões entre o período de 2010 e 2014, sendo R\$ 29,78 bilhões (21%) de impactos diretos (R\$ 22,46 bi em Infraestrutura, R\$ 1,8 bi em organização e R\$ 5,94 bi em despesas de visitantes) e R\$ 112,79 bilhões (79%) de impactos indiretos (recirculação). A criação de empregos seria de 3,63 milhões de novos empregos temporários por ano até 2014 (relacionados apenas aos impactos diretos). A arrecadação de tributos atingiria o valor de R\$ 18,13 bilhões.

Em uma primeira análise, chama a atenção a diferença de mais de R\$ 40 bilhões nas previsões de impacto entre os dois estudos. Ainda mais conflitantes são os números relacionados à criação de empregos. A criação de 330 mil empregos permanentes e 380 mil temporários já parecia um tanto quanto exagerada no primeiro estudo. No segundo estudo, este número chega a inacreditáveis 3,63 milhões de empregos anuais! Ainda de acordo com este estudo, as despesas de visitantes gerarão um impacto de R\$ 5,94 bilhões. Supondo que a previsão do ministério do turismo esteja certa e o Brasil receba 600.000 visitantes estrangeiros para a Copa, desconsiderando os efeitos “crowding out”, vazamento e substituição, e considerando um multiplicador de 2 (impactos indiretos), cada turista teria que gastar R\$ 4.950 para se chegar ao valor previsto. Sendo que a média de gasto do turista a lazer no Brasil é de US\$ 70,53/dia, ou R\$ 124,13/dia (dólar

a R\$ 1,76) de acordo com estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o tempo de permanência no país teria que ser de 40 dias!

Feitas estas observações, fica claro que tais estudos superestimaram os impactos provocados pela Copa 2014. Os erros que levaram a estes números são os mesmos citados no primeiro capítulo: consideração de todos os gastos como benefícios ao invés de custos, desconsideração dos custos de oportunidade, critérios pouco convincentes para a construção do multiplicador, e desconsideração dos efeitos substituição, crowding out e vazamento para o cálculo dos impactos promovidos pelo turismo. Além disso, não consideram o fato de que os impactos serão diferentes em cada cidade sede e seus entornos, já que questões como a visibilidade, o tipo de financiamento, o volume de gastos em relação ao PIB, as características dos projetos, são específicas a cada uma delas. É pouco provável que os economistas responsáveis pelos estudos desconheçam estas questões. O que nos leva a crer que não apenas os estudos, mas os resultados também foram encomendados por agentes interessados na defesa dos benefícios da realização do evento. No caso do primeiro estudo, o contratante foi o próprio governo federal, por meio do Ministério do Turismo. No segundo, não é claro quem foi o contratante. Independentemente de quem tenha sido, Ricardo Teixeira, presidente da CBF e do COL, ficou bastante satisfeito, como se depreende de sua declaração:

Um recente estudo da Ernst Young mostra que o Brasil terá um impacto sobre a sua produção nacional de bens e de serviços de mais de cento e dez bilhões de reais em consequência da Copa do Mundo; uma previsão de arrecadação tributária adicional de quase vinte bilhões de reais. De acordo com esta pesquisa, somente este valor se aproxima da quantia que estima-se será investida em obras de infraestrutura nas doze sedes. (COMISSÃO..., 2011)

Com base nas informações contidas no primeiro capítulo, os gastos em infraestrutura, apesar de representarem a importante soma de R\$ 28,4 bilhões, devem ser considerados antes como custos do que como benefícios. Além disso, obras necessárias de infraestrutura urbana não deveriam depender de um evento como a Copa para serem realizadas .

É preciso, entretanto, considerar o efeito catalisador de um megaevento esportivo como a Copa, adiantando gastos que, apesar de previstos, não seriam realizados senão com certo atraso. A Copa contribuiria, assim, para legitimar gastos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura. Mecanismos como o Regime

Diferenciado de Contratações e os prazos limites para a conclusão das obras (determinados pela data de início da competição), reforçam o efeito catalisador, acelerando os processos de licitação e execução dos projetos. Apesar disso, muitas das obras estão atrasadas, gerando grandes preocupações com a possibilidade de não estarem prontas a tempo, o que, por sua vez, causaria impactos negativos inestimáveis à imagem do Brasil no cenário internacional. O atraso também pode impactar negativamente quando reverter em aumento de custos. Vide o caso dos jogos Panamericanos de 2007 do Rio de Janeiro. Apesar destes riscos, o legado em infraestrutura, especialmente no que se refere à mobilidade urbana e aos aeroportos, pode ser uma dos maiores benefícios relacionados à realização da Copa no Brasil.

Mecanismos como a Matriz de Responsabilidade e a divulgação maciça na mídia a respeito das obras da Copa, por sua vez, constituem avanços importantes, na medida em que contribuem para um maior acompanhamento da sociedade civil sobre as ações e gastos públicos.

Dentre as obras de infraestrutura, as relacionadas aos estádios possuem algumas especificidades. Diferentemente das outras obras de infraestrutura, podemos relacionar a construção e/ou reforma destes exclusivamente à Copa. Eles representam claramente um custo de oportunidade, na medida em que são obras “dispensáveis”, que servem mais aos interesses da Fifa, patrocinadores e construtoras do que aos das populações das cidades sede e dos respectivos Estados, que são os verdadeiros financiadores dos estádios (com exceção daqueles financiados pela iniciativa privada). Além disso, alguns destes estádios correm o risco de, depois da Copa, não cobrirem os seus custos de manutenção. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União, os estádios Vivaldão (no Amazonas), Mané Garrincha (em Brasília), Verdão (em Mato Grosso) e a Arena das Dunas (no Rio Grande do Norte), não somente em virtude de serem locais com pouca tradição no futebol, mas também pela relação histórica entre público pagante e valor do ingresso, podem se tornar “elefantes brancos”, construções grandiosas que têm pouco uso e que geram muitas despesas. Os clubes de futebol dos três Estados citados e também os do Distrito Federal estão fora da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de 2010 e raramente chegam à elite do futebol nacional. Além disso, de acordo com a Matriz de Responsabilidade, dos 4 estádios citados, apenas o de Brasília será construído e administrado por meio de PPPs. Os outros três serão de responsabilidade exclusiva dos Estados. Ou seja, além dos custos de construção e

reforma, os custos de manutenção destes estádios serão pagos com dinheiro público. Este seria um legado negativo.

Os estádios, porém, poderão significar um legado positivo, na medida em que contribuirão para o desenvolvimento local e na medida em que se constituírem em projetos exitosos de “arquitetura icônica”. Apesar de não haver uma definição precisa para o termo, as características dos projetos de arquitetura icônica são basicamente as mesmas: altamente inovadores, normalmente não são “práticos” e “funcionais”, mas são únicos e marcantes (MAENING; DU PLESSIS, 2007). Construções icônicas podem se tornar pontos de referência de uma cidade, e serem um estímulo para a construção de outros tipos de instalações recreativas, atrativa tanto para os habitantes locais quanto para os estrangeiros. Além disso, estádios mais novos, bonitos e seguros serão mais atrativos, podendo reverter no aumento da frequência de torcedores nos jogos, que, por sua vez, ficarão mais satisfeitos com a “nova” opção de lazer. As receitas dos clubes, por sua vez, tendem a aumentar com o aumento do público.

Pelo fato de acontecer em vários pontos do país simultaneamente, a Copa do Mundo de Futebol exige uma complexa coordenação entre a União, os Estados, os Municípios e a iniciativa privada. O aprimoramento das relações entre estas diferentes esferas e a aprendizagem resultante disso constituirão num dos principais legados da realização do evento no país.

Com relação ao turismo, apesar de constituir principal fonte de impacto real na economia (MULLER, 2009), a mensuração dos seus impactos é muito difícil de ser prevista. De acordo com este autor, os impactos econômicos provocados pela atividade turística são os mais difíceis de prever e de determinar, pois, ao contrário dos gastos do comitê organizador e os gastos em infraestrutura, a atividade turística tem um caráter altamente difuso, não é centralmente planejado e não pode ser controlado. Entretanto é possível tecer algumas considerações.

O Brasil recebe cerca de cinco milhões de turistas por ano, e as autoridades esperam duplicar este número nos próximos anos. Em 2014, a expectativa é de receber 600 mil visitantes durante a Copa do Mundo e 7,2 milhões de turistas em todo o ano. Já em 2016, o número de viajantes poderia chegar a 10 milhões, de acordo com os cálculos oficiais.

O Ministério do Turismo definiu 4 eixos de atuação para a Copa de 2014: qualificação profissional, promoção e imagem, requalificação do parque hoteleiro e infraestrutura turística.

Em relação ao primeiro eixo, o de qualificação profissional, o principal projeto é o “Bem Receber Copa”, um programa de qualificação profissional do Ministério do Turismo, em parceria com entidades do setor, que tem como objetivo possibilitar que o setor atinja padrões internacionais de qualidade nos serviços turísticos, com foco em pessoas, empresas e destinos. O objetivo do programa é qualificar, até 2013, por meio de soluções presenciais e a distância, 306 mil profissionais. O custo será de R\$ 440 milhões. Soma-se a este, outros programas, como o Programa de Qualificação dos Pequenos Meios de Hospedagem, com investimento de R\$ 3,3 milhões, em uma parceria entre o Sebrae e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), e o do Profissional Bom de Copa, com cursos nas 12 cidades-sede. O programa qualifica profissionais de bares e restaurantes. Ainda com relação a qualificação de profissionais da área do turismo, houve um encontro recentemente entre Brasil e Espanha no qual se discutiu a possibilidade de profissionais espanhóis do setor possam virem trabalhar no Brasil durante e depois da Copa, já que o setor na Espanha está sofrendo as consequências da crise econômica do país.

De acordo com o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flávio Dino, os investimentos relacionados ao segundo eixo (promoção e imagem), se intensificarão após os jogos olímpicos de Londres, em 2012, e devem somar US\$ 20 milhões. Com relação a estratégia de promoção do país no exterior, Dino diz “teremos uma estratégia de imagem por meio da qual vamos mostrar ao mundo que o Brasil oferece muitos produtos além de seu povo, já reconhecido como um fator atrativo, e de sua cultura, clima, praias e gastronomia”. Outras ações, como a divulgação do site Brasil 360°, um site de divulgação das 12 cidades-sede brasileiras, produzido pela Embratur, já estão em andamento.

No que se refere à requalificação do setor hoteleiro, o terceiro eixo, a Fifa exige que a cidade-sede tenha um número de leitos correspondente a 30% da capacidade dos estádios. Hoje, cinco cidades são deficitárias: Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Cuiabá e Manaus. Estas cidades, portanto, deverão receber a maior parte dos investimentos. De acordo com Flávio Dino, serão feitos investimentos da ordem de R\$

10 bilhões no setor hoteleiro. Uma linha específica do BNDES, o ProCopa Turismo, vai destinar R\$ 1 bilhão para financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis. Os juros são de 6,9% a 7,8% ao ano, mais taxa de risco calculada pelo banco, de até 3,57%, variando de acordo com o contratante. Até o fim de outubro de 2011 haviam sido firmados contratos na ordem de R\$ 220 milhões. O montante se direciona a reforma ou construção de cinco empreendimentos, sendo que 4 deles se localizam no Rio de Janeiro. Uma das maiores preocupações do setor se refere à baixa ocupação dos hotéis depois da Copa, o que se refletirá em uma superoferta de leitos.

O quarto eixo, que diz respeito à infraestrutura turística, está diretamente relacionado às reformas nos aeroportos e à mobilidade urbana, áreas já tratadas anteriormente quando se falou da infraestrutura geral para a Copa.

Por fim, cumpre lembrar que os impactos e os legados não serão homogêneos entre as diferentes cidades sede. Cidades que sediarão mais jogos e que receberão a abertura e a final, casos de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, terão maior exposição e podem se beneficiar mais do efeito imagem da copa, além de receberem um maior número de turistas. Por outro lado, cidades como Cuiabá, Curitiba, Manaus e Natal, que receberão apenas os 4 jogos da primeira fase, tendem a serem menos menos beneficiadas.

O comprometimento com a transparência e controle dos gastos, o tipo de financiamento (se federal, estadual, municipal ou privado), o modelo de gestão de estádios e aeroportos (se por meio da administração pública, PPPs ou iniciativa privada), o volume de gastos em relação ao PIB, as melhorias efetivas para a população, dentre outros fatores, determinarão o sucesso ou fracasso das cidades sede em relação aos benefícios e riscos potenciais da realização da Copa do Mundo de Futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Copa do Mundo de Futebol é um acontecimento que transcende a esfera esportiva. Sua realização afeta distintas áreas, como a social, a política, a econômica, a ambiental e a urbana, sendo capaz, até mesmo, de transformar a auto-estima de toda uma nação. Pode-se afirmar que, para a maioria dos países, a Copa é, junto com os Jogos Olímpicos, o evento de maior importância do calendário esportivo internacional.

Em um mundo onde o sentido do desenvolvimento é cada vez mais determinado pelos fluxos do capital internacional, a realização de um evento como a Copa significa para o país sede (e, especialmente, para as cidades que recebem as partidas) uma oportunidade de se desenvolverem por meio dos investimentos e negócios associados a este megaevento esportivo. Ironicamente, apesar do discurso hegemônico neoliberal, defensor das virtudes do livre-mercado, as dimensões econômica e política adquiridas pela Copa nas duas últimas décadas exigem uma participação cada vez maior do Estado na candidatura e na preparação do evento, o que implica em consequências que variam de caso para caso.

No caso de países emergentes, como o Brasil, que carecem da infraestrutura básica para a recepção de um torneio de tamanhas proporções, os custos são muito elevados e é o Estado que arca com a maioria deles. Deste modo, os custos de oportunidade são expressivos, na medida em que gastos e esforços direcionados à infraestrutura relacionada à Copa são feitos em detrimento de outros (educação e saúde, por exemplo). Por outro lado, a Copa funciona como um catalisador de investimentos, acelerando a construção e/ou reforma de aeroportos, portos e obras de mobilidade urbana. Tais benefícios, porém, tendem a se concentrar nas cidades que sediam os jogos.

De modo a legitimar tamanho gasto, os governos se apóiam em estudos de impactos econômicos que superestimam as expectativas dos efeitos positivos da Copa. Tais estudos, entretanto, carecem de conceitos econômicos básicos e suas motivações parecem ser mais de ordem política do que científica. Estudos posteriores à realização

dos megaeventos esportivos demonstram sistematicamente um grande exagero nas expectativas iniciais e oficiais (do governo).

O setor que mais gera impactos reais na economia por meio da Copa é o turismo. Há que se considerar, porém, algumas particularidades, como os efeitos “crowding out”, substituição e vazamento. Além disso, os impactos provocados pelo turismo são muito difíceis de se prever, pois não são planejados e são muito difusos.

Os impactos mais importantes relacionados à realização da Copa, porém, são os chamados impactos intangíveis, ou seja, aqueles de caráter mais subjetivo e cuja mensuração é ainda mais complexa que a dos impactos econômicos tangíveis. Dentre estes impactos, o relacionado à melhora da imagem internacional é o mais significativo, e está diretamente associado ao modelo de desenvolvimento citado acima, baseado no fluxo internacional de capitais, que buscam os melhores *locus* de valorização. Por outro lado, os potenciais riscos associados a estes impactos são inversamente proporcionais aos benefícios, já que uma imagem negativa resultante de uma Copa mal organizada pode causar danos irreparáveis à imagem internacional do país.

De certo modo relacionados aos impactos intangíveis, estão os legados – que também não são de fácil mensuração. Legado é um termo que está contido cada vez mais nos discursos dos defensores de eventos como a Copa. Os legados se referem àquilo que permanece depois da realização do evento (infraestrutura, melhoria na coordenação entre as esferas governamentais e a iniciativa privada, aprendizagem na organização de grandes eventos etc). Na existência cada vez mais difundida de “provas” contra as projeções superestimadas de impactos econômicos, os legados são atualmente defendidos como os maiores benefícios associados aos megaeventos esportivos. Apesar de não se desconsiderar o potencial de um evento como a Copa de promover legados importantes para os países e cidades que a sediar, é preciso estar atento à possibilidade de haver legados negativos, como no caso dos “elefantes brancos”, termo utilizado para denominar os estádios grandiosos construídos para a realização da Copa e que depois do torneio têm pouco uso, não sendo capazes de gerar receitas que suplantem seus custos. O resultado é um custo anual que pesa nos cofres públicos e que gera pouco ou nenhum benefício social.

Estas considerações a respeito dos impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos podem ser reinterpretadas para o caso da Copa do Mundo de

Futebol no Brasil em 2014. Foi isso o que se tentou fazer no Capítulo 3, onde se esboçou uma perspectiva dos resultados esperados da realização do evento no País. De acordo com esta perspectiva, a considerável participação do Estado no total dos gastos significará um impacto negativo, na medida em que isso representará consideráveis custos de oportunidade. Por outro lado, obras importantes de infraestrutura serão aceleradas pelo advento da Copa. Os impactos mais relevantes serão no setor de turismo, onde o Brasil ainda tem um grande potencial de crescimento, e na imagem do País em âmbito internacional. Com relação aos legados, a melhoria da infraestrutura, o aprimoramento das relações entre as diferentes esferas governamentais e a aprendizagem operacional proporcionada pela realização do evento serão os principais benefícios. Há, contudo, a possibilidade de haver legados negativos. É o caso de estádios que serão pouco utilizados depois da Copa e significarão consideráveis custos para os cofres públicos.

Os impactos e os legados não serão homogêneos entre as diferentes cidades sede. Cidades que sediarão mais jogos e que receberão a abertura e a final, casos de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, terão maior exposição e podem se beneficiar mais do efeito imagem da copa, além de receberem um maior número de turistas. Por outro lado, cidades como Cuiabá, Curitiba, Manaus e Natal, que receberão apenas os 4 jogos da primeira fase, tendem a serem menos beneficiadas.

O comprometimento com a transparência e controle dos gastos, o tipo de financiamento (se federal, estadual, municipal ou privado), o modelo de gestão de estádios e aeroportos (se por meio da administração pública, PPPs ou iniciativa privada), o volume de gastos em relação ao PIB, as melhorias efetivas para a população, dentre outros fatores, determinarão o sucesso ou fracasso das cidades sede em relação aos benefícios e riscos potenciais da realização da Copa do Mundo de Futebol.

Por fim, cumpre lembrar que o futebol se transformou nas últimas décadas em um grande negócio global, que movimenta bilhões de dólares anualmente. Sendo a Copa um torneio de futebol, é impossível dissociá-la desta transformação. Considera-se, portanto, a Copa como parte fundamental deste negócio, influenciando e sendo influenciada por ele, num processo biunívoco de determinação. Este torneio talvez seja, inclusive, o exemplo mais paradigmático dos novos modelos de gestão do futebol, que têm nos direitos televisivos, nos contratos de publicidade e marketing, e na gestão

empresarial das competições, os elementos fundamentais de suas constituições. Neste sentido, o espetáculo da Copa torna-se um ativo fundamental para as emissoras de TV e um meio de propaganda incomparável para as empresas que associam suas marcas a ela. Deste modo, juntamente com a Fifa (que tem lucros cada vez maiores com contratos de direitos de transmissão e de marketing da Copa), as emissoras de TV e as empresas citadas são os maiores beneficiários da realização do evento, em relação aos lucros que ele pode gerar.

Lucros apropriados pela iniciativa privada, de um lado; legados e impactos econômicos para o conjunto da sociedade, de outro. É difícil prever com antecipação quais segmentos econômicos vão ganhar e quais vão ter perdas com a realização da Copa no Brasil. Da mesma forma, entre os setores sociais, não se pode saber antecipadamente quem perderá e quem ganhará em cada região do País. Mas, pode-se perguntar: qual o papel do Estado na distribuição dos benefícios e dos ônus entre os segmentos econômicos e entre as cidades participantes? As decisões de gasto público no evento serão legitimadas pela sociedade brasileira, em razão dos resultados obtidos e dos legados deixados? Mais do que fornecer respostas a estas perguntas, o presente estudo espera suscitar este tipo de questionamento, contribuindo, assim, para a superação da polaridade simplista entre defensores e opositores da realização do evento.

Referências Bibliográficas

BAADE, R. Is there an economic rationale for subsidizing sports stadiums? *Heartland Policy Study*, Nº 13, USA, 1987.

BAADE, R; BAUMANN, R; MATHESON, V. Selling the big game: estimating the economic impact of mega-events through taxable sales. USA, College of the Holy Cross, Department of Economics, *Faculty Research Series*, Paper No. 05-10, 2005.

BOHLMAN, H; VAN HERDEEN, J. Predicting the economic impact of the 2010 FIFA World Cup in South Africa. Pretoria-SA: Department of Economics University of Pretoria, 2008.

BORGES, L. Presidente confirma contrato até 2014 e admite liberar Neymar de graça. *ESPN*. Disponível em: <http://espn.estadao.com.br/santos/noticia/225708_presidente+confirma+contrato+ate+2014+e+admite+liberar+neymar+de+graca> Acesso em: 17 nov. 2011.

BRENKE, K.; WAGNER, G. The Soccer World Cup in Germany: A Major Sporting and Cultural Event – But Without Notable Business Cycle Effects. Berlin, *DIW Berlin Weekly Report*. v. 2, n. 3, p. 23-31, 2006.

BURNETT, C. Assessing development of the 2010 soccer World Cup. Johannesburg, Department of Sport and Movement Studies, University of Johannesburg, 2008.

COATES, D.; HUMPHREYS, B. The growth effects of sport franchises, stadia and arenas. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 18, n. 4, USA, 1999.

COATES, D.; HUMPHREYS, B. The Economic Consequences of Professional Sports, Strikes and Lockouts. *Southern Economic Journal*, USA, 2000

COMISSÃO especial da lei geral da copa recebe representantes da FIFA e da CBF. Brasília, Ministério do Esporte. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/ascom/radioVisualizarNoticia.jsp?IDNoticia=594>> Acesso em 08 nov. 2011.

GOLDEN GOAL. Calculando o impacto econômico de mega-eventos esportivos. Golden Goal, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/retorno_jogos_olimpiacos.pdf>. Acesso em: 24 set. 2011.

GUISELINI, T. Estudo econômico da Copa do Mundo de Futebol - WM Deutschland - 2006. Campinas, Unicamp.IE, 2008.

DE OLHO em empregos, Lula participa de candidatura do Brasil à Copa-2014. *Folha on-line*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u340146.shtml>> Acesso em: 20 de out. 2011.

DWYER et al. Estimating the impacts of special events on economy, *Journal of Travel Research*, n. 43, 2005.

DOMINGUES; BETARELLI; MAGALHÃES. Copa do Mundo 2014: impactos econômicos no Brasil, em Minas Gerais e Belo Horizonte. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

HOTCHKISS, J.; MOORE, R.; ZOBAY, S. Impact of the 1996 Summer Olympic Games on employment and wages in Georgia. *Southern Economic Journal*, USA, 2003.

ILHA, F. Benefícios são discutíveis. *Zero Hora*, Porto Alegre, ed. 16358, 06 de jun. 2010.

KANG, Y; PERDUE, R. Long-term impact of a mega-event on international tourism to the host country: a conceptual model and the case of the 1988 seoul olympics. *Journal of the international consumer marketing*, USA, 1994.

KIM, H.; GURSOY, D.; LEE, S. The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games. *Journal of Tourism Management*, Vol. 27, No. 1, pp.86-96, 2006.

KFOURI, J. A Copa do Mundo é nossa? *Interesse Nacional*, n. 15, São Paulo, 2011.

MAENING, W; DU PLESSIS. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.

MAENING, W; ALMERS. South Africa 2010: Economic scope and limits. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 21, Hamburg, 2008.

MAENNIG, W; JASMAND, S. Regional Income and Employment Effects of the 1972 Munich Olympic Summer Games. USA, IASE/NAASE Working Paper Series, Paper n. 07-12, 2007.

MAENNIG, W. PORSCHE, M. The Feel-Good Effect at Mega Sport Events: Recommendations for Public and Private Administration Informed by the Experience of the Fifa World Cup 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 18, Hamburg, 2008.

MATHESON, V. Upon Further Review: An Examination of Sporting Event Economic Impact Studies. *The Sport Journal*, v. 5, No. 1, USA, 2002

MATHESON, V. *Mega-Events: The effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies*. College of the Holy Cross, Department of Economics, *Faculty Research Series*, Paper n. 06-10, 2006

MATHESON, V. Mega-events: the effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies. In: HOWARD, D; HUMPHREYS, B. *The business of sports*. 81-99. Westport, Praeger, 2008

MATHESON, V; BAADE, R. Mega-sporting events in developing nations. College of the Holy Cross, Department of Economics, Working Paper N. 0404, 2004

MAZO et al. Em Busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo será um dos grandes beneficiados com Olimpíadas no Rio. Disponível em: <www.copa2014.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20091002.html> Acesso em: 10 de Nov. 2010

MÜLLER, M. Measuring the regional economic impact of mega-events: what are the benefits of the 2014 Olympics for Sochi? In: ROMANOVA, G. Professional training for the XXII Olympic and XI Paralympic Winter Games: problems and perspectives, 192-201. Sochi: Sochi State University for Tourism and Recreation, 2009.

NOLL, R; ZIMBALIST, A. build the stadium – create the jobs. In: NOLL, R.; A. ZIMBALIST, A. *Sports, Jobs and Taxes: The Economic Impact of Sports Teams and Stadiums*. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997.

OWEN, J. Estimating the cost and benefit of hosting olympic games: what can beijing expect from its 2008 games? Department of economics. Indiana State University, 2005.

PILLAY, U.; BASS, O. Mega-events as a response to poverty reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications. *Urban Forum*, v.9, n.3, p.329–346, 2008.

PELLEGRINO, G; HANCOCK, H. A lasting legacy: How major sporting events can drive positive for host communities and economies. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/DcomGlobal/Local%20Assets/Documents/Public%20Sector/dtt_ps_lastinglegacy_160209.pdf> Acessado em: 4 nov. 2010.

PORTER, P. Mega-sports events as municipal investments: a critique of impact analysis. In: FIZEL, J.; GUSTAFSON, E.; HADLEY, L. *Sports Economics: Current Research*. Westport, CT: Praeger. 1999.

POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

- PREUSS, H. Lasting effects of major sporting events. Institute of Sport Science, Johannes Gutenberg-Universität Mainz, Germany, 2006.
- PRONI, M.W. *Esporte-espetáculo e futebol-empresa*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Campinas: Unicamp, 1998.
- PRONI, M. W. *A metamorfose do futebol*. Campinas: Unicamp.IE, 2000.
- PRONI, M. W. Observações sobre os impactos esperados dos jogos olímpicos de 2016. *Motrivivência*, Florianópolis, ano XXI, n. 32-33, pp. 49-70, 2009.
- PRONI, M.W. Economia do esporte: um campo de estudo em expansão. In: TURTELLI, S. *Esporte em foco*. Bauru, Unesp: Cultura Acadêmica, 2010.
- PRONI, M; SPERANZA, L; AMORIN, R. Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. *Texto para Discussão*, Ipea, Rio de Janeiro, n. 1356, 2008.
- SALGADO, D. Financiamento e superoferta pós-Copa desafiam setor hoteleiro. São Paulo. Portal da Copa. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7755/financiamento+e+superoferta+poscopa+d+esafiam+setor+hoteleiro.html>> Acesso em: 15 de ago. 2011.
- SILVA, O. Faremos a melhor Copa da história. *Folha de São Paulo*, 2 de abr. 2011.
- SZYMANSKI, S. The Economic Impact of the World Cup. *World Economics*, USA, 2002.
- SZYMANSKI, S.; KUPER, S. Soccernomics: why England loses, why Germany and Brazil win, and why the U.S., Japan, Turkey and even Iraq are destined to become the kings of the world's most popular sport. New York: Nation Books, 2009.
- TEIGLAND, J. Mega-Events and Impacts on Tourism: The Predictions and Realities of the Lillehammer Olympics. Impact Assessment and Project Appraisal, USA, 1999.
- TUROLLA, F. A economia da Copa. *Conjuntura da Infraestrutura*. Associação brasileira da infraestrutura e indústrias de base, São Paulo, 2009.
- VAINER, C. Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira. 2010 (artigo ainda não publicado)
- VILLANO, B; TERRA, R. Definindo a Temática de Legados de Megaevento Esportivos. In: Legados de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- ZAMPIERI, A. Especialistas questionam real impacto da Copa de 2014 no país. Portal IG. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/mercados/especialistas+questionam+real+impacto+da+copa+de+2014+no+pais/n1237683217119.html>> Acesso em: 28 jun. 2010

ZIMBALIST, A. Is It Worth It: Hosting the Olympic Games and other mega sporting events is an honor many countries aspire to—but why? *Finance & Development*, V. 47, Ashburn, 2010